

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

HELENA AMANDA FALLER TAGARRO

**A FORMAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO BAIRRO DOM JOÃO BATISTA,
VILA VELHA/ES (1980-2016)**

VITÓRIA
2018

HELENA AMANDA FALLER TAGARRO

**A FORMAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO BAIRRO DOM JOÃO BATISTA,
VILA VELHA/ES (1980-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharela em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli

VITÓRIA

2018

HELENA AMANDA FALLER TAGARRO

**A FORMAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO BAIRRO DOM JOÃO BATISTA,
VILA VELHA/ES (1980-2016)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharela em Geografia.

Aprovado em 11 de Julho de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli - Orientador
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Ms. Maurício Sogame
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Ms. Francismar Cunha Ferreira
Universidade Federal do Espírito Santo

*Meu nome é favela
É do povo do gueto a minha raiz
Becos e vielas
Eu encanto e canto uma história feliz
De humildade verdadeira
Gente simples de primeira*

(Intérprete: Arlindo Cruz)

RESUMO

O presente trabalho busca apresentar a história do bairro Dom João Batista, em Vila Velha/ES, sob a perspectiva geográfica, bem como o processo de ocupação e as transformações ocorridas entre 1980 a 2016. Também se encontra neste trabalho um breve histórico da cidade, de modo que se possa compreender melhor a sua configuração política e econômica. Nota-se que Vila Velha esteve durante muitos anos com uma dinâmica diferente da capital, Vitória, no que diz respeito ao desenvolvimento urbano; porém, essa situação começa a mudar a partir dos meados do século XX, quando se deu início a um ciclo de transformações sociais, econômicas e políticas. Vila Velha nos anos de 1960 foi o município que mais recebeu migrantes com a crise cafeeira ocorrida no estado. A população, entre as décadas de 1960 a 2000, cresceu de maneira exponencial e a cidade não tinha uma estrutura que comportasse tal crescimento, acarretando, dentre outras coisas, o surgimento de favelas, ocupações e loteamentos irregulares em áreas de morros, alagados e manguezais. O objeto de estudo deste trabalho, o bairro Dom João Batista, faz parte dessas áreas ocupadas e é localizado em um manguezal. Assim, este trabalho faz uma abordagem acerca da formação de Dom João Batista, apontando suas condições habitacionais, infraestrutura urbana e implementação do Programa Habitar Brasil/BID nos anos 2000. Há também uma breve apresentação acerca deste programa que contribuiu muito na transformação urbana do bairro e na melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

Palavras-chaves: Vila Velha; Espírito Santo; Bairro Dom João Batista; Ocupação; Habitação; Lugar.

ABSTRACT

The present study proposes to expose the history of the Dom João Batista neighborhood, in Vila Velha/ES, under the geographical perspective, as well as the occupation process and the transformations that have occurred between 1980 and 2016. A brief history of the city is also found in this paper, so that one can better understand its political and economic configuration. Note that Vila Velha was for many years with a different dynamic of the capital, Vitória, with respect to urban development; however, this situation began to change from the middle of the twentieth century, when a cycle of social, economic and political transformations began. Vila Velha in the 1960s was the county that received the most migrants with the coffee crisis that occurred in the state. Between 1960 and 2000, the population grew exponentially, and the city did not have such a structure, resulting in, among other things, the emergence of favelas, irregular occupations and subdivisions in areas of hills, wetlands and mangroves. The object of study of this paper, the Dom João Batista neighborhood, is part of these occupied areas and is located in a mangrove. Thus, this study approaches the formation of Dom João Batista, pointing out its housing conditions, urban infrastructure and implementation of the Habitar Brasil Program/BID in the 2000s. There is also a brief presentation about this program that contributed a lot to the urban transformation of the neighborhood and improving the quality of life of its residents.

Palavras-chaves: Vila Velha; Espírito Santo; Dom João Batista Neighborhood; Occupation; Housing; Place.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 01: Lixo seco e doméstico depositado na margem do rio Aribiri.....	38
Figura 02: Ruas alagadas devido ao período de cheia	38
Figura 03: Reunião entre os moradores. Década de 1980.....	46
Figura 04: Casas em palafitas construídas em cima do rio Aribiri. Década de 1980.....	48
Figura 05: Placa escrita por moradores no período da ocupação, solicitando a ajuda do arcebispo Dom João Batista. Década de 1980.....	48
Figura 06: Dom João Batista da Mota e Albuquerque	50
Figura 07: Fotografia aérea do Conjunto Habitacional Ewerton Montenegro Guimarães	54
Figura 08: Moradia padrão do Conjunto Habitacional Ewerton Montenegro Guimarães	54
Figura 09: Margem do rio Aribiri que sofre com o processo de erosão e de acúmulo de lixo doméstico.....	55
Figura 10: Rua São José, principal rua de acesso ao bairro Dom João Batista, no período noturno com os comércios ambulantes de alimentação	59
Mapa 01: Localização do bairro Dom João Batista em Vila Velha/ES	13
Mapa 02: Principais vias rodoviárias e ferroviárias próximas ao bairro Dom João Batista....	21
Mapa 03: Evolução de formação de alguns bairros de Vila Velha, por ordem cronológica... 27	
Mapa 04: Complexos Portuários da Região Metropolitana da Grande Vitória.	32
Mapa 05: Evolução do bairro Dom João Batista e seu entorno, de 1978 a 2012.....	39
Mapa 06: Localização do Conjunto Habitacional Ewerton Montenegro Guimarães.....	53

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 01: Evolução Demográfica de Vila Velha no período de 1950 a 2010.....	24
Gráfico 02: Crescimento Demográfico em cada década no período de 1950 a 2010	24
Gráfico 03: Densidade Demográfica de Dom João Batista e bairros vizinhos	42
Gráfico 04: População de Dom João Batista por grupos etários	43
Gráfico 05: Número de Estabelecimentos Comerciais Permanentes de Dom João Batista	58
 Tabela 01: Relação de Habitantes por Classificação de Rendimento e Renda Média Mensal de Dom João Batista e Bairros Vizinhos	 44

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. METODOLOGIA.....	14
1.1. ETAPA 01: PESQUISAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS	14
1.2. ETAPA 02: AEROFOTOGRAMETRIA E GEOPROCESSAMENTO	16
1.3. ETAPA 03: ENTREVISTAS E VISITAS DE CAMPO	16
2. VILA VELHA: BREVES ABORDAGENS HISTÓRICAS, DEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS	18
2.1. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DE VILA VELHA	22
2.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO POPULACIONAL DE VILA VELHA	25
2.3. OS PORTOS DA REGIÃO DE ANÁLISE	29
3. O LUGAR E O BAIRRO: O CASO DE DOM JOÃO BATISTA	33
3.1. O LUGAR	33
3.2. BAIRRO E FAVELA	34
3.3. CONHECENDO O BAIRRO DOM JOÃO BATISTA	36
3.4. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DE DOM JOÃO BATISTA	41
3.5. HISTÓRICO DO BAIRRO DOM JOÃO BATISTA	44
4. PROGRAMA HABITAR BRASIL/BID E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO BAIRRO DOM JOÃO BATISTA.....	51
5. DOM JOÃO BATISTA HOJE: A VIVÊNCIA COTIDIANA NO/DO LUGAR – BREVE RELATO PERCEPTIVO	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

INTRODUÇÃO

Cada espaço ocupado possui uma história a ser contada, possui uma identidade construída; mas, tanto a história quanto a identidade permanecem num ciclo de transformações, dependentes das relações vividas ao longo do tempo. Para se estudar a formação de qualquer território é importante que se tenha essa afirmação em mente, pois a subjetividade se faz presente ao relatar o processo de ocupação do espaço, dilema que procuramos pontuar no desenvolvimento deste trabalho, onde é debatido a formação do bairro Dom João Batista em Vila Velha/ES.

O bairro surgiu a partir de ocupações ditas irregulares promovidas por movimentos sociais do município de Vila Velha, no estado do Espírito Santo, que lutavam pelo direito de moradias dignas. Esse modelo de ocupação pode ser compreendido como forma de resistência ao processo desigual de acesso às terras pelo qual o Brasil passou ao longo de sua história. As sesmarias doadas pela Coroa Portuguesa ainda no período colonial deixaram como herança a concentração fundiária, uma das principais causas do processo de segregação ocorrido no país.

Em 1850 foi sancionada por Dom Pedro II a Lei de Terras, que deu início a institucionalização da propriedade privada no Brasil, “caracterizando a propriedade da terra pela compra e impossibilitando o acesso a esta por escravos, camponeses livres e trabalhadores imigrantes” (CARRIL, 2006, p.55). Ou seja, o acesso à terra se tornou privilégio de poucos, somente para aqueles que tinham condições de pagar por ela, e aos que não tinham, restou as áreas periféricas desvalorizadas pelo sistema capitalista.

Carril (2006) apresenta o processo de segregação a partir da ótica escravista, onde a Lei da Abolição previu apenas a libertação de todos os escravizados, mas não um modo de os inserir no mercado de trabalho assalariado, o que gerou uma competição desigual com os imigrantes, influenciando a superexploração do trabalho e as más condições de moradias. Hoje, essa situação ainda permanece no Brasil, não mais exclusiva à população negra, mas envolvendo todos os trabalhadores reféns dessa superexploração. Com base nisso, notamos que a classe dominante se mantém sempre no controle, ditando regras de ocupação de terras às classes dominadas.

No Espírito Santo, a urbanização advinda da industrialização e da “crise” do café que influenciou a migração do campo para as cidades, acentuou-se na década de 1960. A área de estudo deste trabalho, porém, teve sua ocupação iniciada pouco mais tarde, já no final da década de 1970 e início de 1980, com uma população que não corresponde somente às famílias que

migraram do campo para as cidades, mas também aquelas que já residiam na Grande Vitória, sobretudo em Vila Velha e/ou oriunda de outras cidades.

O bairro Dom João Batista localiza-se no extremo norte do município de Vila Velha/ES, limitando-se ao norte e leste com o rio Aribiri e com o manguezal, pequena parcela a leste com o bairro Garoto e ao sul e ao oeste com o bairro Aribiri (mapa 01). Na área que abrange o bairro, no passado, havia um extenso manguezal, do qual hoje se encontra apenas uma pequena parcela às margens e na foz do rio. O manguezal é um ecossistema pertencente ao bioma Mata Atlântica, que se caracteriza por uma riquíssima biodiversidade. Este que se encontra no estuário do rio Aribiri, em especial, contribuiu com a renda e sobrevivência de várias famílias - tanto através da pesca no rio quanto pela cata de caranguejos - antes de sua quase extinção ocorrida devido à ocupação feita naquela área, onde foram realizados aterros e construções de casas em seu interior.

Como se sabe, o problema de habitação no Brasil é antigo e deve ser observado com mais atenção. Diversos programas habitacionais já foram elaborados para diminuir este problema que ronda o país há décadas. Um desses programas pensados com a finalidade de atender a população de baixa renda foi o Programa Habitar Brasil, criado ainda no governo de Itamar Franco, em 1994. Porém, viu-se a necessidade de aperfeiçoá-lo “especialmente no que tange às questões de planejamento, gestão e processo de operacionalização nas cidades beneficiárias” (MADALENA, 2010, p. 55). Desta maneira, o programa foi integrado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), tornando-se Programa Habitar Brasil/BID (BRASIL, 2004).

Tal programa, trouxe melhorias significativas ao bairro Dom João Batista. As famílias que residiam em casas de palafitas às margens, e muitas vezes dentro do rio, foram retiradas e transferidas para um novo conjunto habitacional construído em uma área próxima ao bairro. Quando entregue, o conjunto continha casas padronizadas, ruas pavimentadas, rede de água, esgoto e energia, além de uma creche para atender a população. Segundo Madalena (2010), ele está localizado no bairro Nossa Senhora da Penha, também em Vila Velha, e recebeu o nome de Conjunto Habitacional Ewerton Montenegro Guimarães. Entretanto, com os novos limites estabelecidos entre os bairros nos últimos anos e com base nos dados geoespaciais do Instituto Jones dos Santos Neves e Geobases (2012), nota-se que o conjunto pertence ao bairro Ataíde. Apesar dessa informação não possuir nenhuma relevância neste estudo, acreditamos que seja interessante ela ser apresentada para que não haja dúvidas quanto a localização do conjunto, pois neste trabalho utilizaremos como referência os dados do IJSN e Geobases.

Embora o bairro Dom João Batista tenha sofrido intensas transformações no que diz respeito à infraestrutura, serviços públicos e no próprio reconhecimento daquele lugar como bairro, não se pode ignorar o fato de que sua origem ocorreu através de “ocupações irregulares” em área de manguezal. Portanto, torna-se relevante também compreender a configuração urbana do município de Vila Velha antes de 1980, de modo que possa ajudar a entender o processo de ocupação e o que levou a sua ocorrência. De acordo com Instituto Jones dos Santos Neves, a expansão urbana da Grande Vitória ocorreu descontinuamente, apresentando lugares com elevada densidade demográfica e outros com baixa densidade. As áreas mais ocupadas se caracterizavam como o Centro de Vitória e alguns “conjuntos habitacionais, implantados na Serra e Vila Velha” (IJSN, 1983, p. 13).

Outras áreas também bastante ocupadas encontram-se no entorno das principais vias de acesso entre o Centro Vila Velha e o Centro de Vitória, tais como a Rodovia Carlos Lindenberg e a Avenida Jerônimo Monteiro. Além dessas áreas, também havia “setores de expansão em direção sul” (IJSN, 1983, p.16). O primeiro desses setores era direcionado às famílias de classe média e baixa, localizado próximo ao município de Cariacica; o segundo setor, direcionado às famílias de classe média e alta, estendia-se ao longo da costa do município. “As favelas encontram-se nas encostas dos morros e nos mangues, em áreas próximas ao Centro de Vitória” (IJSN, 1983, p.16). E, não por coincidência a área de estudo, o bairro Dom João Batista, localiza-se justamente nessa última região.

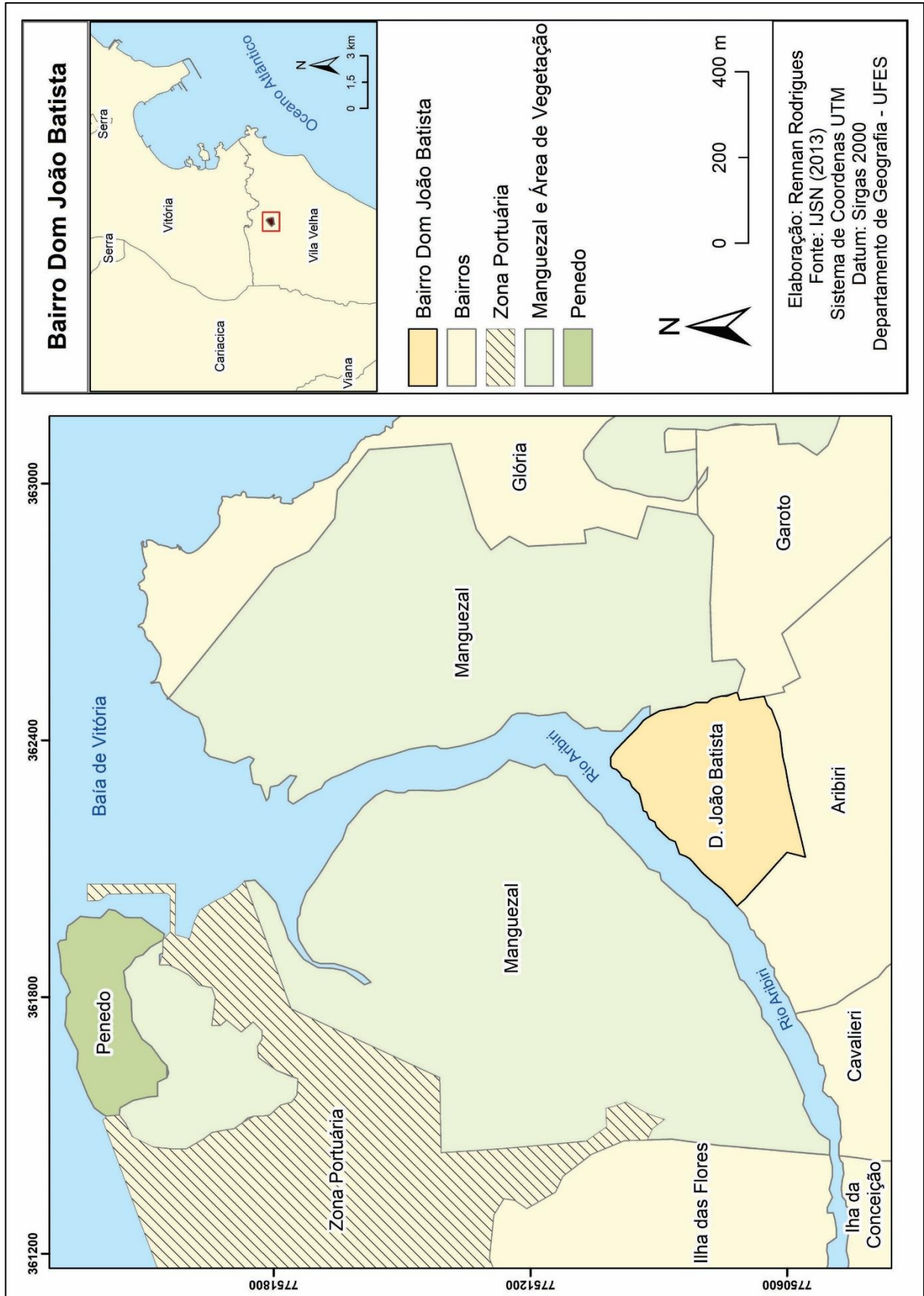
Um dos pontos que influenciou na escolha de Vila Velha para a pesquisa foi a minha relação com o município, pois sou nascida e criada nele. Entretanto, por ser esta uma das cidades mais antigas do estado e, assim, conter inúmeros estudos acadêmicos, sejam eles históricos, geográficos, econômicos, notei que seria mais interessante e, inclusive útil, se fosse realizado uma pesquisa em uma área pouco conhecida e estudada. Assim, optei pelo recorte espacial do bairro Dom João Batista, não só pela pouca existência de estudos sobre ele, até porque há alguns trabalhos já desenvolvidos, mas principalmente pela minha relação com o lugar, pois, apesar de nunca ter morado no bairro, sempre convivi nele através de familiares e amigos residentes.

Desde o início das ocupações até a construção do bairro, a área de estudo sofreu grandes transformações em um curto espaço de tempo, o que atraiu o interesse de explorar a geografia e a história de Dom João Batista. Além disso, o bairro possui características que de fato não são únicas, há inúmeros outros bairros no Brasil de semelhante histórico, mas que, por alguns aspectos podem ser atrativas a diferentes estudiosos: a localização em um estuário, a presença

de um dos ecossistemas mais biodiversos do mundo, a sua própria história de ocupação e a proximidade com a área portuária de Vila Velha e com o polo comercial do bairro Glória.

Assim, este trabalho tem como problemática investigar e conhecer o processo histórico de formação e transformação de Dom João Batista. Por se tratar de um estudo que envolve o tempo e o espaço, foram empregadas metodologias que contribuíssem para uma pesquisa mais ampla e, que permitissem, de fato, conhecer a área escolhida. Dentre as metodologias utilizadas, destacamos a entrevistas com moradores, pois acreditamos que eles tinham muito a contribuir com a sua história; destacamos, também, as análises feitas em fotografias aéreas e o uso de geoprocessamento que ajudou a evidenciar as mudanças entre o período anterior à ocupação e o atual. Ademais, foram realizadas buscas documentais bibliográficas como fundamentação teórica.

O presente estudo foi organizado em cinco capítulos. O primeiro direcionado às metodologias, onde apresentamos o passo a passo da sua construção, as diferentes etapas da pesquisa. O segundo capítulo apresenta, de maneira breve, a história do município de Vila Velha até o período antes do surgimento do bairro. O terceiro apresenta uma abordagem mais teórica acerca dos conceitos de bairro, favela e periferia, bem como o histórico do bairro. No quarto capítulo se encontra uma discussão sobre a implantação e as consequências do Programa Habitar Brasil/BID. E o quinto e último capítulo aborda os relatos de campo e a percepção da vida cotidiana de Dom João Batista.



Mapa 01: Localização do bairro Dom João Batista, em Vila Velha/ES. Elaboração: Rennan Rodrigues. Junho/2018.

CAPÍTULO 01

1. METODOLOGIA

Para a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso, levamos em consideração que todo trabalho científico/acadêmico requer uma base de métodos e/ou metodologias. Entretanto, consideramos relevante elucidar o papel significativo que a metodologia possui em um estudo acadêmico, principalmente se ela for bem planejada e executada, o que permite obter melhores resultados.

Sabendo, portanto, que para a elaboração de um trabalho acadêmico é fundamental a utilização de uma metodologia, resta-nos determinar qual melhor se aplica nesta pesquisa. Diante desse exposto, optamos como base para este trabalho a metodologia de pesquisa qualitativa, pois, como a proposta foi investigar e conhecer profundamente o bairro Dom João Batista, acreditamos que os resultados obtidos apenas por dados estatísticos não seriam o suficiente. A metodologia de pesquisa qualitativa segue o caminho de não se ater somente à estatística, mas aos dados históricos, sociais, econômicos e na utilização de entrevistas. Assim, de acordo com Freguglia e Trazzi (2011, p.17) a pesquisa qualitativa pode ser entendida como “um espectro de métodos e técnicas de coleta de dados, adaptados ao caso específico, ao invés de um método padronizado único, repetível”. Deste modo, dividimos a metodologia em três etapas que ajudaram na elaboração deste trabalho.

1.1. ETAPA 01: PESQUISAS DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS

O caminho metodológico deste trabalho teve início com a busca por documentos e bibliografias que pudessem servir de subsídios para a coleta de dados históricos necessários à nossa pesquisa; além de colaborar intrinsecamente com as discussões teóricas e conceituais também presentes neste estudo. Para tanto, conduzimos as buscas por referências a partir da racionalidade de que os estudos teóricos são, em geral, amplos e exigem bastante tempo e dedicação, e por conta disso projetamos um objetivo conciso a respeito do que esperamos das pesquisas documentais e bibliográficas. Adiante, foi definido o recorte espacial e temporal para direcionar a pesquisa: o bairro Dom João Batista (recorte espacial) entre o período de 1980 a 2017 (recorte temporal).

Contudo, vale esclarecer que esses recortes têm suas nuances, isto é, apesar do foco estar centrado no bairro e naquele período de tempo citado, as pesquisas não ficaram restritas

somente a eles. A escala espacial foi ampliada, passando a abranger, inclusive, o município de Vila Velha onde o bairro está situado, assim como a escala temporal, que também foi ajustada para um período maior, de modo a atender os interesses históricos. Essa foi uma estratégia encontrada para melhor contextualizar a história do bairro, visto que fica mais claro entender o processo de ocupação da área quando se conhece - mesmo que sinteticamente - o município do qual ele faz parte.

Dentre os referenciais selecionados, podemos elencar alguns dos quais acreditamos que sejam os principais na construção deste trabalho. Começamos, assim, pelo Plano Diretor Municipal de Vila Velha, que foi elaborado em 2007, passando por alguns ajustes em 2013. Por se tratar de um documento de legislação municipal, nele encontramos ações que determinam a organização do espaço tanto urbano quanto rural do município de Vila Velha. Outro referencial selecionado foi o “Projeto Especial Cidades de Porte Médio – Subprojeto AUV”, escrito em 1983, com parceria entre Ministério do Interior, Governo do Estado do Espírito Santo e Prefeitura Municipal de Vila Velha, e publicado pelo Instituto Jones dos Santos Neves, que à época se chamava Fundação Jones dos Santos Neves. Este documento traz informações socioeconômicas significativas, principalmente sobre os fatores de habitação e infraestrutura urbana, o que ajudou muito nesta pesquisa.

Para compor a fundamentação teórica sobre o bairro Dom João Batista, a cidade, o urbano, a urbanização, a segregação socioespacial, o desenvolvimento econômico e a relação centro e periferia, trouxemos autores como Lourdes Carril (2006), Arlindo Villaschi (2011), Ermínia Maricato (1997) e Seabra (2003). De todos esses autores citados, pudemos extrair uma gama de informações e saberes que, sem dúvida, foram muito úteis. Para nos ajudar na elaboração prática buscamos alguns Trabalhos de Conclusão de Curso, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado que apresentam diferentes estudos de caso, sobretudo de áreas da Região Metropolitana da Grande Vitória. Dentre esses, podemos destacar alguns nomes como Barros (2010), Mendonça (2014), Ribeiro (2011) e Sartório (2012), que abordaram assuntos sobre bairro, periferia, transformações no espaço de Vila Velha e também de Vitória.

Depois de lidos e selecionados, foram feitos fichamentos para melhor utilização dos textos e do tempo. O recurso de fichamentos é excelente para elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso, pois com a leitura de vários títulos fica difícil se lembrar de quais são os mais indicados ou mais adequados para serem utilizados. Assim, após as leituras, seleções e fichamentos, concluímos nossa primeira etapa de metodologia.

1.2. ETAPA 02: AEROFOTOGRAMETRIA E GEOPROCESSAMENTO

Nessa fase, inicialmente, se adquiriu as aerofotografias da área de estudo referentes ao período de 1970 a 2012. Foram solicitadas aos órgãos estaduais responsáveis pelos dados cartográficos do Espírito Santo três fotografias aéreas com datas de 1970, 1978 e 2012, sendo que o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) forneceu as duas primeiras fotos, e a última foi fornecida pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA). A escolha dessas datas teve influência direta nas transformações ocorridas na área de estudo e no seu entorno durante esse intervalo de tempo, auxiliando nas análises comparativas dos períodos anteriores e posteriores ao início da ocupação.

Após a aquisição das imagens aéreas, passamos para outra fase: o uso de SIG. Lançamos as fotografias no *software* ArcGis 10 (optamos por este software por se ter maior familiaridade com ele), em seguida inserimos os *shapefiles* de bairros e municípios adquiridos na base de dados do Geobases. Assim, foi possível localizar a área de estudo e iniciar as análises e interpretações dessas fotografias aéreas. Porém, antes disso, foi feito um procedimento de melhorias das imagens de 1970 e 1978, de modo que a visualização das mesmas não fosse dificultada. Tal procedimento consiste em: 1- selecionar com o botão direito do mouse as propriedades da imagem; 2- clicar em *Symbology*; 3- escolher o *StretchTypeMinimum-Maximum*. Não foi preciso fazer o mesmo procedimento com a imagem de 2012, pois esta já foi obtida com uma boa resolução e visualização. Com as imagens lançadas e tratadas e o bairro já localizado, iniciamos a classificação e vetorização dos elementos presentes naquela área. Foram vetorizados o rio Aribiri, o manguezal, o morro do Penedo, o Porto de Capuaba, entre outros elementos que achamos relevantes. A conclusão desta etapa ocorreu a partir da elaboração dos mapas presentes neste trabalho.

1.3. ETAPA 03: ENTREVISTAS E VISITAS DE CAMPO

A priori, optamos por realizar a metodologia de história oral, pois esta é uma das metodologias de pesquisa qualitativa mais utilizadas na área acadêmica, muitas das vezes sem nem o pesquisador ter o conhecimento de que metodologia está utilizando. No entanto, história oral não se resume a sair pela rua entrevistando qualquer pessoa para conseguir quaisquer dados, é antes de tudo um método de pesquisa, e como tal requer um questionamento e um objetivo para se desenvolver a investigação (ALBERTI, 2005). Para que fosse viável realizar um número ideal de entrevistas e depois suas devidas análises, a metodologia se restringiria à

história oral temática, que se refere às entrevistas semiestruturadas, na qual se guia o entrevistado ao tema interessado. Desta forma, evitam-se entrevistas longas e muitas das vezes sem as informações que eram relevantes. Tentamos fazer de acordo com o método da história oral, pois

a história oral tem uma natureza específica que condiciona as perguntas que o entrevistador pode fazer. Em se tratando de uma forma de recuperação do passado conforme concebido pelos que o viveram, é fundamental que tal abordagem seja efetivamente relevante para a investigação que se pretende realizar (ALBERTI, 2005, p. 30).

Entretanto, não foi possível executar fielmente esta metodologia, pois os moradores não se sentiram à vontade com a gravação das entrevistas, sendo necessário mudar a coleta de dados históricos para entrevistas informais. A substituição das entrevistas gravadas pelas entrevistas informais, com anotações em cadernos direto no campo, não prejudicou o andamento da pesquisa, podemos dizer que ocorreu o contrário, foi mais produtivo. Com esse método as pessoas ficavam mais à vontade para conversar, não houve preocupação com a duração das conversas, sendo que algumas duraram um dia inteiro e outras interrompidas e reiniciadas em outros momentos. Essa experiência foi positiva, uma vez que não se seguiu um questionário ou um roteiro, as informações adquiridas foram mais abrangentes que o esperado. Foram entrevistadas, no total, 12 pessoas, entre moradores novos e antigos, jovens e idosos. Além das entrevistas, as visitas de campo também se caracterizam como um fator preponderante na realização de trabalhos acadêmicos. Isso ocorre porque elas proporcionam análises mais completas sobre a área de estudo, visto que a observação de campo ajuda a compreender a dinâmica do local investigado, bem como a realidade em que o mesmo está inserido.

Para o presente trabalho já se tinha um contato cotidiano com o bairro, visto que ele era frequentado por mim regularmente. Mas, ainda assim, dado o grau de importância de uma observação de campo e com a preocupação de não deixar passar alguma informação útil, foi feita uma visita, caminhando por todas as suas ruas. Constitui-se um dos objetivos dessa visita a contagem de estabelecimentos comerciais, de serviço e de lazer existentes. A proposta, foi de salientar que, embora o bairro seja pequeno e residencial, ele não depende exclusivamente de comércio e serviços de outros bairros, mas que internamente também gera renda, ainda que em uma escala menor se comparado ao restante da cidade. Porém, esses comércio e serviços, apesar de pequenos, não podem ser ignorados ou tratados como algo insignificante, pois de fato não são. Trata-se de uma nova perspectiva que o bairro está trazendo, faz parte de sua transformação ao longo do tempo, se outrora o bairro era totalmente residencial, hoje não se pode mais afirmar isso.

CAPÍTULO 02

2. VILA VELHA: BREVES ABORDAGENS HISTÓRICAS, DEMOGRÁFICAS E SOCIOECONÔMICAS

Conhecida como o “berço da colonização espírito-santense”, Vila Velha carrega em si uma trajetória histórica bastante conturbada, iniciada já nos primeiros anos da ocupação portuguesa em seu solo. Com a fundação da primeira vila, os recém-chegados europeus não conseguiram resistir aos ataques indígenas, que ficavam cada vez intensos, e acreditaram ser melhor migrarem para a ilha de Vitória, local em que se estabeleceram e então, deu origem ao “primeiro núcleo de colonização da Capitania do Espírito Santo” (IJSN, 1983, p. 46). Essa informação só se torna relevante quando nos deparamos com o processo de produção e organização do espaço do município, que desde o período colonial sempre esteve em segundo plano em relação à capital Vitória.

Como apresentado acima, Vila Velha teve seu desenvolvimento urbano iniciado mais tardiamente se comparado a Vitória. Segundo Villaschi *et al* (2011), a atividade que comandava a economia do Espírito Santo era de cana-de-açúcar, o que não ajudava muito, visto que os preços do produto estavam em baixa, até metade do século XIX. Porém, com a inserção da cultura do café, a partir do início, também, do século XIX, essa produção tornou-se a base de sua economia. Ainda segundo Villaschi *et al* (2011, p. 31),

Embora tenha avançado economicamente ao longo do século XIX, o Espírito Santo entrou no século XX com uma economia muito incipiente se comparada com seus vizinhos, que representavam os grandes centros econômicos do país. Essa visão deteriorada do Estado, de sua condição econômica e da incapacidade de desenvolvimento, fez despertar, em certos setores da elite política capixaba, anseios por mudanças na ordem estabelecida.

Assim foi dado início a uma corrida em busca da modernização não só econômica, mas também da infraestrutura urbana de Vitória, que ainda nesse período não possuía rede de água e esgoto, energia elétrica e iluminação pública. Se Vitória se encontrava nessas condições precárias, Vila Velha se deparava ainda pior; somente anos mais tarde, que Vila Velha passou a receber obras de melhorias e infraestrutura, como apresenta o Instituto Jones dos Santos Neves (1983, p. 47),

Enquanto que, a partir de 1896, Vitória passou a receber inúmeros melhoramentos urbanos (água, luz e esgoto), Vila Velha permanecia relegada a segundo plano devido, principalmente, as dificuldades naturais de intercâmbio com a capital e com a área cafeeira. Em 1928, com a construção da ponte Florentino Avidos - ligando Vitória a Vila Velha - foi lançada o elo fundamental para o desenvolvimento deste município, bem como, propiciou melhor intercâmbio com a capital e os demais municípios vizinhos (Cariacica e Viana).

Ainda segundo o IJSN (1983), logo após a construção da ponte Florentino Avidos, foi também construída no município, já na década de 1930, a estrada Jerônimo Monteiro. Tal estrada permitiu “o surgimento de um novo eixo de expansão urbana em Vila Velha, com a urbanização dos bairros Vila Garrido, Ataíde e Glória” (p. 47). Contudo, Vila Velha não recebeu apenas obras de cunho rodoviário; antes mesmo das inaugurações da ponte Florentino Avidos e da estrada Jerônimo Monteiro, já haviam sido construídas no município duas estações ferroviárias, com o intuito de impulsionar a atividade cafeeira que era a base da economia.

No final do século XIX foi construída a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, que ligava a capital ao sul do estado, onde foi inaugurada no bairro de Argolas, em Vila Velha, a Estação Vitória (GIESBRECHT, 2015; VILLASCHI et al, 2011), como demonstra o mapa a seguir (mapa 02). De acordo com Villaschi *et al* (2011, p. 41), “o agravamento das dívidas e o desaquecimento da economia pela persistente crise do café” fez com que a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo fosse vendida para a Leopoldina Railway, em 1907. Pouco antes, em 1903, foi dado início a construção da Ferrovia Vitória-Minas (e a Estação Ferroviária Vitória-Minas, localizada também em Vila Velha), que passou a estar em posse da Companhia Vale do Rio Doce, anos mais tarde, como pode ser explicado a seguir:

A emergência de uma conjuntura favorável à expansão da economia mundial após a Segunda Guerra Mundial ampliou as pretensões iniciais da empresa (CVRD) que passou a realizar maciços investimentos integrados em infraestrutura operacional, na reconstrução da ferrovia Vitória-Minas e no porto de Vitória (ZORZAL, 2004 *apud* VILLASCHI *et al*, 2011, p.42).

Deste modo, podemos notar que as áreas de Vila Velha localizadas nas proximidades com o Centro de Vitória foram as primeiras a adquirirem melhorias urbanas, como a instalação de estradas de ferro e implantação de estradas rodoviárias, contribuindo numa nova fase de transformações urbanas do município, como o crescimento populacional, surgimento de novos bairros e problemas com habitações, questões estas que veremos mais adiante.

E, apesar de todos esses feitos citados anteriormente, até a década de 1950, Vila Velha ainda se configurava como um município sem muita infraestrutura, contendo uma paisagem em sua maior parte natural, com mínima presença de edificações (IJSN, 1983). Somente a partir desse período que as transformações urbanas do município passaram a ocorrer com maior intensidade que nas décadas anteriores, e podemos atribuir essas ações à uma nova construção, a Avenida Carlos Lindenberg, que contribuiu “com o surgimento dos bairros de Cobilândia e IBES (Instituto de Bem Estar Social) e a expansão do bairro da Glória, no outro lado da rodovia” (IJSN, 1983, p. 47). Além disso, já na década de 1960, o Espírito Santo passou por grandes mudanças referentes à economia, que até então era comandada pela produção de café. A crise

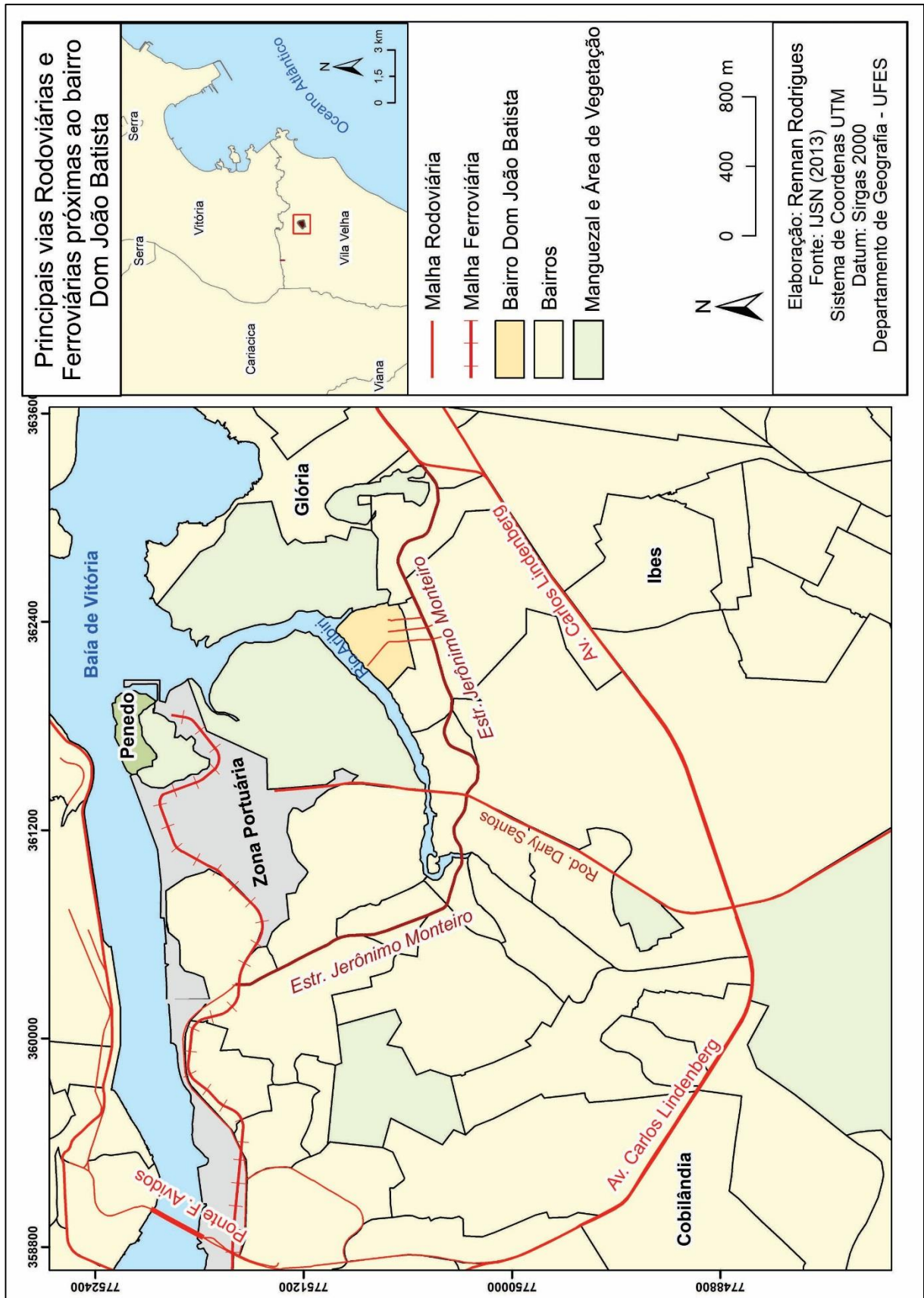
cafeeira que assolou o país, inclusive o estado, naquele período, forçou uma grande parcela da população rural a migrar para cidades. A migração rural capixaba ocorreu, principalmente, para as cidades que compõem a Grande Vitória, assim como descreve Sartório (2012, p. 47),

(...) nos anos 1960, o “esgotamento da economia cafeeira” no interior do estado, relacionado ao uso da mão de obra familiar e de produção em pequenas propriedades, principalmente, deslançou considerável fluxo migratório para os municípios da Grande Vitória, iniciando, a partir de então, núcleos urbanos produzidos por loteamentos privados (legais e ilegais), loteamentos públicos (governo estadual e municipal), além de assentamentos promovidos por movimentos sociais ou mesmo aqueles que surgiram de maneira espontânea no modelo de ocupações.

Deste modo, Vila Velha, como componente da Grande Vitória, foi uma dessas cidades receptoras dos migrantes camponeses, fazendo com que a expansão urbana do município crescesse consideravelmente em pouco tempo. Devido ao crescimento populacional de Vila Velha ter sido maior que a capacidade do próprio município de receber essas pessoas, surgiram, assim, como na maioria das cidades brasileiras, inúmeros problemas decorrentes da falta de infraestrutura. Um desses problemas, não por acaso, é a falta de moradia que junto a outros problemas culminaram na criação de novos movimentos sociais. Tais movimentos, ainda segundo Sartório, ao lutarem por moradia na Grande Vitória, promoviam

(...) ocupações em bairros, como Jaburuna (Vila Velha/ES), São Pedro (Vitória/ES) e Santa Rita (Vila Velha/ES). As lutas eram grandes e a falta de moradia para os novos trabalhadores, que migraram de outros estados e do interior do Espírito Santo, era uma das principais problemáticas enfrentadas pelos movimentos sociais na década de 1980 (2012, p. 59).

A luta dos movimentos sociais ocasionou em inúmeras ocupações irregulares em diferentes áreas do município de Vila Velha, muitas vezes apoiadas pelos agentes públicos, como o caso do bairro Dom João Batista. Somente anos mais tarde, essas áreas ocupadas ganharam visibilidade diante das políticas públicas municipais, em que se deu início a resolução de alguns dos problemas existentes, como a falta de rede elétrica e de saneamento básico, levando-as a usufruir desses serviços. As questões habitacionais também merecem destaque, uma vez que as moradias eram barracos de madeiras construídos pelas famílias durante as ocupações; algumas dessas famílias até conseguiram reconstruir novas casas de alvenaria, mas ainda era um número relativamente pequeno, ou seja, muitas famílias ainda viviam em condições precárias de habitação. Podemos dizer que muitos desses problemas com habitação foram decorrentes da falta de planejamento urbano diante do crescimento demográfico que vinha ocorrendo ao longo dos anos na cidade. E vale lembrar que tal crescimento foi provocado, principalmente, pela migração; e, sem um planejamento eficiente, muitas famílias se viram forçadas a ocupar e residir em moradias precárias. Adiante veremos mais sobre essa transição demográfica no município de Vila Velha.



Mapa 02: Principais vias rodoviárias e ferroviárias próximas ao bairro Dom João Batista.
 Elaboração: Rennan Rodrigues, Junho/2018.

2.1. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DE VILA VELHA

Vila Velha é um município historicamente antigo, em que guarda em seu território marcas e memórias de um passado colonial, que podem ser vistos nas belas igrejas construídas no século XVI ou mesmo na tradicional festa de sua padroeira que atrai milhares de fiéis do estado inteiro (Festa da Penha). Mas ainda que a história aponte para séculos de ocupação, o desenvolvimento urbano deste município é bastante recente. A cidade antiga cedeu espaço a uma nova organização espacial. Surgiram novos propósitos e necessidades. Embora a cidade se desenvolvesse, ela ainda permanecia interligada a capital Vitória, assim como os demais municípios próximos. A cidade de Vitória, no início da República, como descreve Mendonça (2014, p. 84), “sofia os efeitos de sua limitada polaridade comercial, circunscrita às áreas próximas da cidade”. Ou seja, Vitória, como detentora do poder político-administrativo do estado, não conseguia por si só manter todas as atividades econômicas de relevo nela, dependendo, desta maneira, de outras áreas vizinhas, como Vila Velha. Apresenta-se aqui, portanto, um paradoxo de interesses; à medida que Vila Velha e os outros municípios dependiam da capital devido à sua concentração das atividades produtoras, também Vitória dependia das outras cidades para prosseguir com seu desenvolvimento e se manter como um centro polarizador.

Por possuir essas características Vila Velha se insere no contexto de “Cidade-Dormitório”, uma vez que na época de instalação de empreendimentos de grande porte, o município não elevou o custo de habitação da mesma maneira que a capital, algo muito comum de se ocorrer em regiões metropolitanas e que acaba atraindo maior número de imigrantes e para Lago (2007) esse processo representa uma das faces de desigualdade da metropolização. Entretanto é importante tomar cuidado ao utilizar o termo “Cidade-Dormitório”, visto que para Ojima (*et al*, 2010) o termo pode ser empregado de forma pejorativa à população de classes menos favorecidas, contudo, tal conceito pode também ser empregado para a população com renda mais elevada, como é visto no próprio município de Vila Velha (principalmente nos bairros de Praia da Costa, Itapuã e Itaparica).

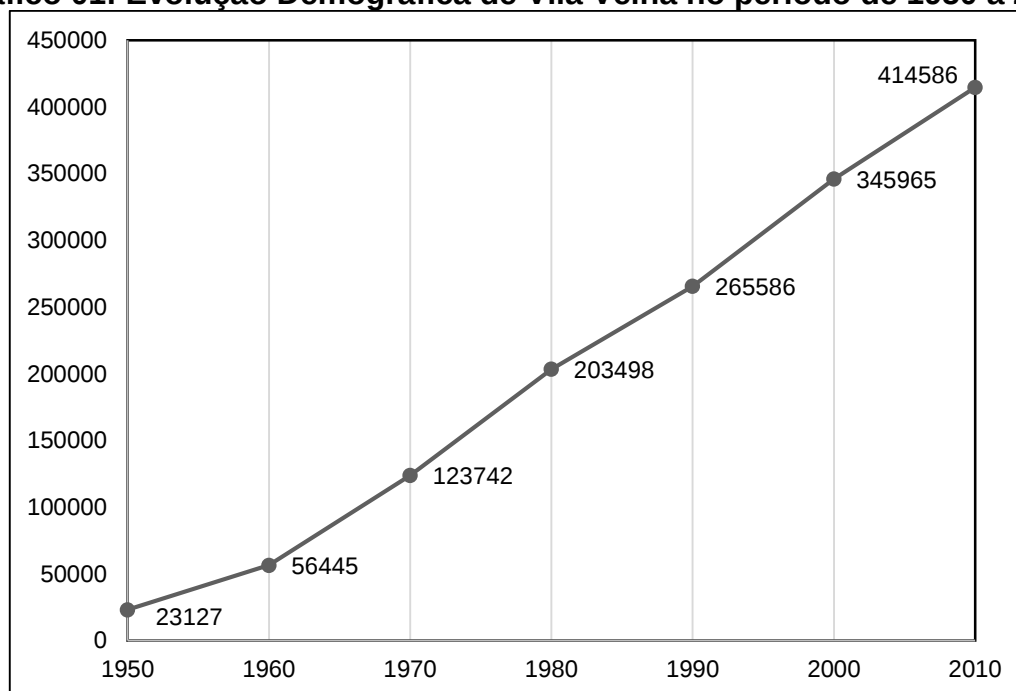
Atualmente, segundo o último Censo do IBGE (2010), Vila Velha possui uma área de aproximadamente 209 km² com uma população de 414.586 habitantes, levando a uma densidade demográfica de 1.985 hab/km². Contudo, o município nem sempre contou com um alto índice populacional, que veio a surgir, sobretudo, entre as décadas de 1950 e 1980, pode-se atribuir esse crescimento, em parte, ao processo migratório que sucedeu na cidade nesse

período. Esta receptividade migratória fez com que a população canela-verde ¹crescesse, até 1980, mais de 8 vezes em relação a 1950, isto é, em 30 anos o número de pessoas passou de 23.127 para 203.498 habitantes (IJSN, 1983). Ao observar o gráfico a seguir (Gráfico 01), notamos que o crescimento populacional do município nesse período (de 1950 a 1980) é bastante expressivo, se comparado aos trinta anos seguintes (de 1980 a 2010) em que a população cresceu cerca de 103%, ou seja, neste último período a população mais que dobrou, o que representa um crescimento relativo mais baixo em relação às três décadas anteriores. Observa-se no segundo gráfico (Gráfico 02) que entre as décadas de 1950 a 1960 e de 1960 a 1970, houve um crescimento de 144,06% e de 119,22% respectivamente, o que significa dizer que somente em uma dessas duas décadas (ou de 1950 a 1960 ou de 1960 a 1970) o crescimento foi superior aos 103% das três últimas décadas somadas (de 1980 a 2010).

Como já citado anteriormente, um dos fatores que levou a esse crescimento demográfico tão significativo do município foi a chegada dos migrantes. Ainda de acordo com o IJSN (1983), Vila Velha continha cerca de 53,39% de imigrantes em relação à sua população total no censo de 1970. Entre os anos de 1973 e 1977, o maior saldo migratório da Grande Vitória era de Vila Velha e Cariacica, que juntos receberam cerca de 65,6% dos imigrantes que se dirigiam à região, enquanto que Vitória recebeu apenas 4%; neste mesmo período o saldo migratório de Vila Velha destacou-se em relação aos demais municípios.

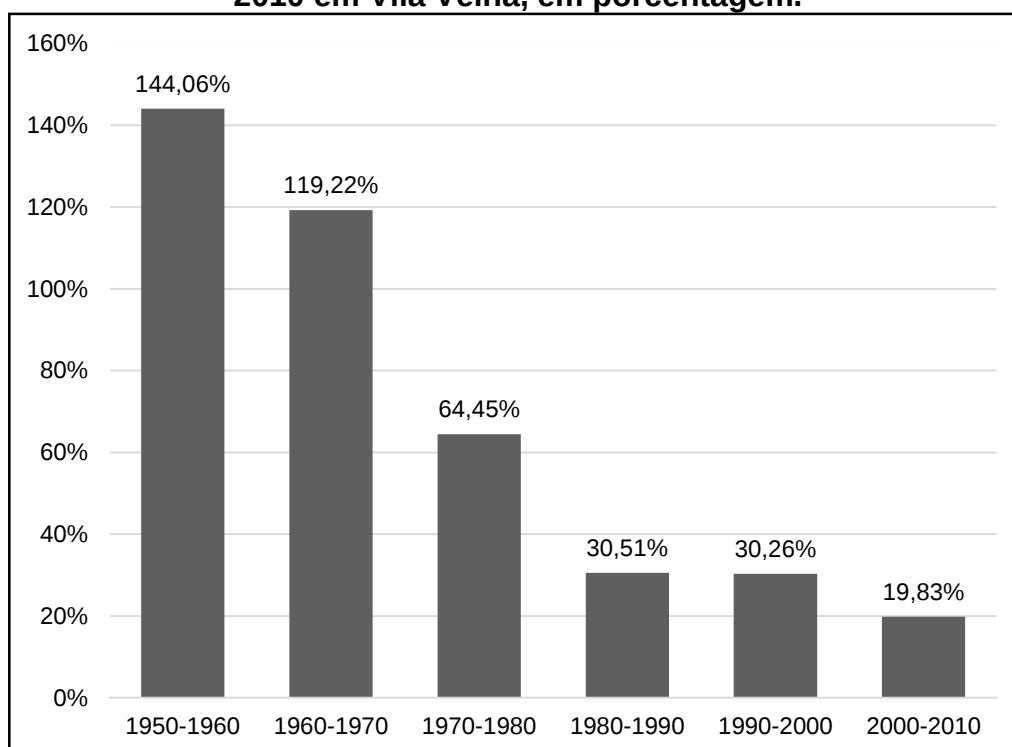
¹Gentílico de quem nasce no município de Vila Velha. Também pode ser chamado de vilavelhense. Há várias explicações para esse nome, uma delas, por exemplo, vem dizer que os indígenas que habitavam esse território, originalmente, pintavam suas canelas com uma coloração esverdeada para irem à uma batalha ou guerra. Essas histórias são contadas de geração em geração entre os habitantes do município.

Gráfico 01: Evolução Demográfica de Vila Velha no período de 1950 a 2010.



Fonte: IJSN, 1983 e IBGE, Censo 2010.

Gráfico 02: Crescimento Demográfico em cada década no período de 1950 a 2010 em Vila Velha, em porcentagem.



Fonte: IJSN, 1983 e IBGE, Censo 2010.

2.2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXPANSÃO POPULACIONAL DE VILA VELHA

O acelerado crescimento demográfico de Vila Velha, causado, principalmente, pela intensa migração ocorrida entre os anos 1960 e 1980, impulsionou o surgimento de novas políticas públicas voltadas para a questão da habitação. Antes, porém, até a década de 1950, ainda contando com um baixo número de habitantes (em relação às décadas seguintes), a população de Vila Velha ocupava as áreas ao norte do município, próximas às estradas de ferro (que atendiam a duas estações ferroviárias localizadas nessa área e que serão abordadas mais à frente) e a área portuária (que também será descrita posteriormente). Essas ocupações nessas áreas deram início a alguns bairros, como São Torquato, Vila Batista e Paul, conforme o **mapa**. Esses bairros, além de serem alguns dos primeiros a surgirem em Vila Velha, também não tiveram um planejamento prévio (a maioria desta população era de baixa renda), levando a diversas construções em lotes inferiores a 300 m². Ainda nesta década, surgiram outros bairros mais no interior do município, em áreas de restinga que contavam com um solo mais favorável à ocupação e as casas eram, em sua maioria, de alvenaria. Esses são os casos dos bairros Aribiri, Jaburuna, Glória, Praia da Costa e Centro (IJSN, 1983).

A partir da década de 1960 o número de bairros cresceu devido ao aumento da demanda populacional resultante da chegada de imigrantes. Muitas dessas pessoas que chegavam não tinham condições de adquirir sua própria moradia, ocupando, portanto, áreas vazias da União, como manguezais e morros, como afirma Maricato em perspectiva teórica, “o acesso à moradia está ligado ao seu preço, que, por sua vez, depende de sua localização na cidade” (1997, p.43). Essas ocupações deram origem a bairros como Alecrim e Cobi. Apesar do número de pessoas de baixa renda ser grande, a quantidade de bairros que surgiram provenientes de loteamentos regulares e irregulares correspondia à maior parte das áreas ocupadas no município.

A década de 1970 representou um período de grandes transformações, não apenas em Vila Velha, mas em todo o estado. Com a erradicação de grande parte dos cafezais na década de 60, expansão da pecuária e a chegada de novos trabalhadores à Grande Vitória, o Espírito Santo deu início a novas formas de estruturação voltadas, principalmente, para industrialização. Zanotelli (2000) aponta esse momento como a época dos “projetos industriais de grande porte”. Tais projetos foram criados com o interesse de ampliar o comércio exterior e modificar esse retrato de economia tipicamente agrária, atraindo ainda mais mão de obra para a cidade. Antes desses empreendimentos de grande porte desenvolvidos pelos governos estadual e federal, foi criado em 1964 o Banco Nacional de Habitação (BNH) e a instituição do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), Lei Federal nº 4.380, que tinha o objetivo de diminuir o déficit de

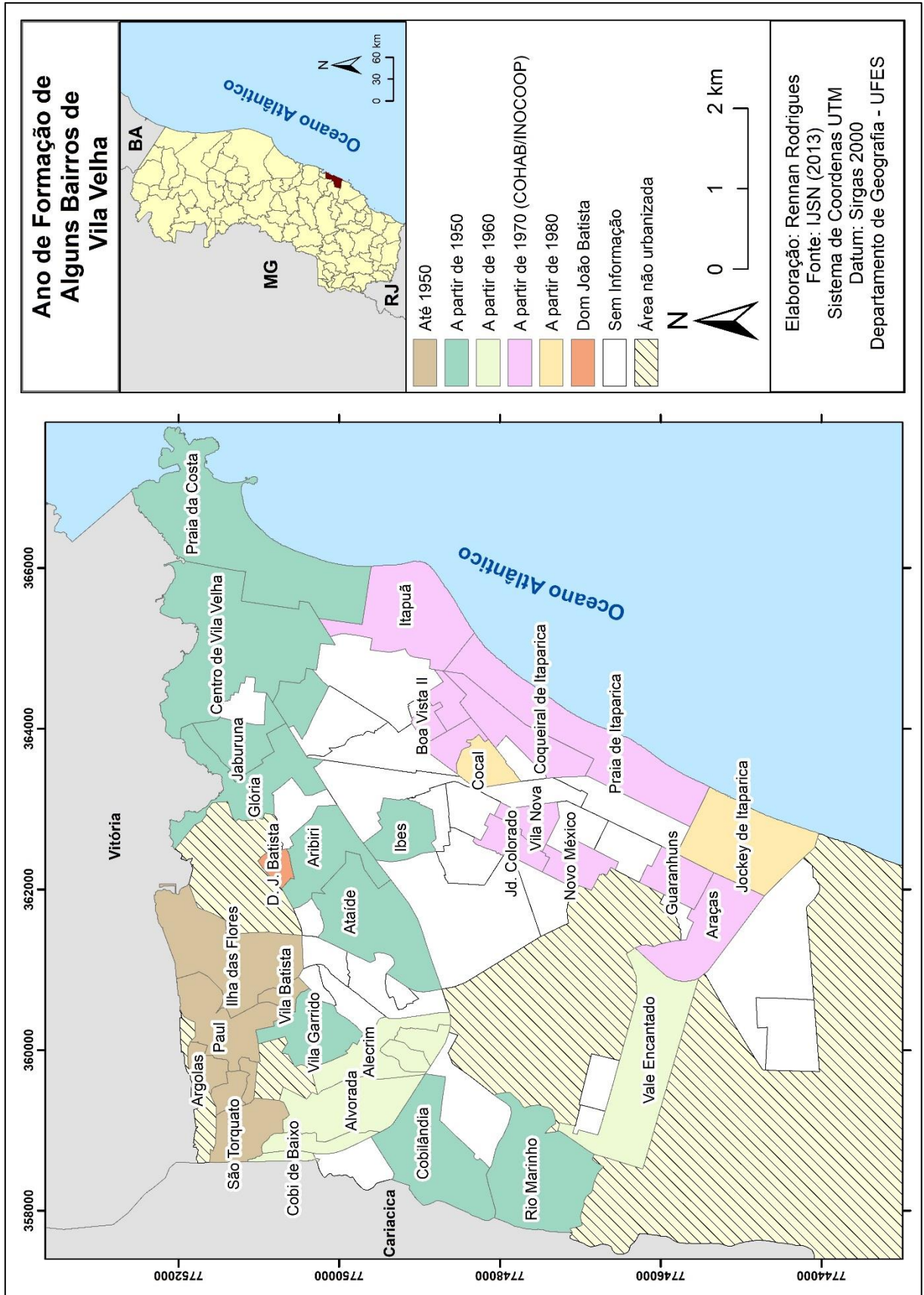
habitação em todo o país. Também foi criado a partir do surgimento do BNH as COHABs (Cooperativa Habitacional), inclusive no Espírito Santo.

Assim, a partir da década de 1970, Vila Velha passou a receber grandes implantações de programas habitacionais do governo, que através da COHAB-ES e do INOCOOP-ES construiu diversos conjuntos habitacionais no município, acarretando a origem de novos bairros como Guaranhuns, Araçás, Colorado, Novo México, como é possível ver no mapa (mapa 03). O bairro Ibes, entretanto, foge à regra, sendo o único a ser construído pelo Instituto de Bem Estar Social em 1950 (IJSN, 1983). A essa altura, Vila Velha já possuía diferentes tipos de habitação construídos de acordo com a renda da população. Ainda de acordo com o IJSN (1983), notamos que o tipo habitacional da população de maior renda era caracterizado por estar em lotes acima de 300 m² ou em moradias coletivas acima de 4 pavimentos; em contrapartida a população de renda baixa habitava as favelas. Assim, a propósito do motivo de ir para essas áreas, esclarece Maricato:

Os baixos salários pagos aos trabalhadores, além da abundante oferta de mão-de-obra liberada do campo, completam esse quadro: reprimidos em suas iniciativas reivindicatórias, sem poder aquisitivo para comprar a moradia no mercado imobiliário privado [...] recorre à compra do terreninho irregular, ou constrói no terreno de parentes, ou invade terras que em geral são públicas. A dimensão da ocupação ilegal de terras e imóveis no Brasil é realmente gigantesca, chegando a quase 50% do território em muitas cidades (1997, p. 50).

Outra característica muito comum no município era a existência de casas de tábuas de madeira; aproximadamente 35% da população, em 1980, se encontravam nessa situação; do total de 203.498 habitantes, 71.835 residiam em barracos, segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (1983). O bairro Glória, por exemplo, era composto basicamente por população de renda média e baixa, o que se refletia na construção de barracos.

Os fatores que levavam a população canela-verde a continuar residindo em barracos, ainda na década de 80, apesar da existência de programas do governo para a habitação, é que esses mesmos programas não davam conta da demanda, principalmente da população de menor renda. Deste modo, permitiu-se a permanência de ocupações irregulares em áreas alagadas, em manguezais ou em morros. Segundo Sartório, “a alternativa para época era a ocupação de áreas de manguezais e de morros. As lideranças [...] reconhecem que esse não foi o melhor modelo de ocupação, mas era a única alternativa” (2012, p.59). Foi nesse período que se deu origem às ocupações das regiões da Grande Terra Vermelha e do bairro Dom João Batista. E mais uma vez há uma constatação dos problemas de moradias na sociedade canela-verde, como afirma Maricato: “A má localização na periferia, distante das áreas já urbanizadas, isolando e exilando seus moradores, foi mais regra do que exceção” (1997, p.50).



Mapa 03: Evolução de formação de alguns bairros de Vila Velha, por ordem cronológica.
Elaboração: Rennan Rodrigues. Junho/2018.

Em 2007 foi elaborado o atual Plano Diretor Municipal de Vila Velha que, como citado anteriormente, sofreu algumas alterações em 2013. No entanto, apenas três artigos contidos no PDMVV são relevantes para a construção deste trabalho, pois se referem as questões de moradias e de zoneamento, e os três artigos não sofreram mudanças em 2013. O Art. 27 apresenta as ações que deveriam ser tomadas para possibilitar à população a inclusão territorial e a promoção da moradia digna. Essas ações ficaram estabelecidas como a regularização de assentamentos de interesse social, produção de novas moradias populares, além da justa distribuição de infraestrutura e equipamentos urbanos e sociais.

No Art. 28 do PDMVV encontram-se as medidas que o Poder Público Municipal deveria tomar para que se garantisse a inclusão territorial e a moradia digna. As medidas eram:

I - regularização urbanística e fundiária, prioritariamente, nas Zonas de Especial Interesse Social – ZEIS;

II - melhorias habitacionais em unidades residenciais precárias situadas em Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS;

III - reserva de terras urbanas para a produção de novas moradias populares e de interesse social em áreas providas de infraestrutura;

IV - sustentabilidade social, econômica e ambiental na concepção e na implementação dos programas habitacionais de interesse social (PDMVV, 2007, p. 18).

Ao observar o artigo, nota-se que as áreas localizadas nas Zonas de Especial Interesse Social são as que possuem prioridade no atendimento dos programas habitacionais. Para tanto, foi necessário realizar uma nova organização territorial em que pudesse ter maior controle da expansão da malha urbana, bem como de aperfeiçoar a administração interna do município. Assim traz o PDMVV (2007, p. 39):

Art. 70. Para fins de regulamentação do uso e ocupação do solo urbano, as Zonas Urbanas classificam-se em:

I - Zona de Ocupação Prioritária – ZOP;

II - Zona de Ocupação Controlada – ZOC;

III - Zona de Ocupação Restrita – ZOR;

IV - Zona de Proteção do Ambiente Cultural – ZPAC;

V - Zona de Equipamentos Especiais – ZEE;

VI - Eixos de Dinamização Urbana – EDU;

VII - Zonas de Especial Interesse – ZEI.

Não é objetivo deste trabalho apresentar com profundidade os termos trazidos no PDMVV, ou mesmo especificar o que representa cada Zona Urbana descrita no Art. 70; entretanto, quando se fala em condições de moradias dignas ou programas habitacionais, é importante saber que uma das classificações das Zonas de Especial Interesse são as Zonas de Especial Interesse Social, isto é, são as áreas que possuem prioridade dos programas de habitação, como já abordado anteriormente. Dentro dessas ZEIS encontram-se a região da Grande Terra Vermelha e o bairro Dom João Batista, duas áreas que receberam do governo um desses programas, o Programa Habitar Brasil/BID, criado pelo governo federal e implementado em parceria com o município. Vale salientar que, antes mesmo da elaboração do PDMVV, o município já havia sido contemplado com outros programas do governo federal, inclusive o Programa Habitar Brasil/BID, que foi iniciado no ano de 2002 em Dom João Batista.

2.3. OS PORTOS NA REGIÃO DE ANÁLISE

O desenvolvimento das cidades, ou mesmo a organização do espaço, exige mecanismos voltados para o processo de produção; assim, os portos, ferrovias, rodovias, etc., são entendidos como parte desses mecanismos produtivos que contribuem para o crescimento das cidades. Siqueira (2011, p. 255) afirma que, “nessa conjuntura, a cidade e o porto se integram num todo urbano desde o início da colonização, e o porto simboliza o lugar de protagonista no desenvolvimento das cidades”.

Sob essa ótica de pensamento, na década de 1970, ocorreu uma “atração de investimentos de grande porte” (VILLASCHI *et al*, 2011, p. 79). Esses investimentos foram dirigidos para a inserção de novas atividades industriais no estado, como o surgimento da Aracruz Celulose e da Companhia Siderúrgica Tubarão, e para outros setores da economia como portuário, naval e turístico (VILLASCHI *et al*, 2011). Além da implementação dos “grandes projetos”, também ocorreu, a partir da década de 1970, a ampliação dos fluxos de mercadorias e do capital mundial, e nota-se que havia uma relação entre a instalação dos portos e o remodelamento das cidades, sendo estas perceptíveis pelas alterações na paisagem urbana, que passa a apresentar uma característica própria de áreas portuárias.

Todavia, o crescimento das atividades portuárias de Vitória, e nesse caso inclui-se Vila Velha, não surgiu apenas a partir de 1970; na verdade já na década de 1940 essa expansão havia

sido iniciada, com a construção do primeiro cais especializado do Espírito Santo, o Cais do Atalaia, localizado na base do Morro do Atalaia, em Vila Velha (SIQUEIRA, 2011; FIM, 2015). A construção desse cais foi necessária, pois, segundo Siqueira (2011), o Cais Comercial do Porto de Vitória não possuía estruturas capazes de atender a demanda do transporte de minério de ferro, que passou a ser explorado em Minas Gerais pela Companhia Vale do Rio Doce e transportado até Vitória pela ferrovia Vitória x Minas. Minieli Fim (2015, p. 104) afirma que “o novo fluxo exportador demandou ampliação portuária, com construção de cais especializados para a exportação de minério”. Segundo Siqueira (2011), a produção de minério grosso já não era suficiente para atender aos mercados internacionais, que passou a exigir também a produção de minério fino, o que fez a CVRD iniciar mais esse tipo de exportação. Contudo, foi necessário construir um novo cais específico para o transporte de minério fino, o Cais de Paul, também localizado em Vila Velha, “que entrou em funcionamento no início dos anos 60” (2011, p.265).

O complexo portuário do Espírito Santo vinha ganhando força e tamanho, pois a essa altura, na década de 1970, já estavam em funcionamento os Cais de Atalaia e o Cais de Paul, em Vila Velha, o Cais Comercial e o Terminal de Tubarão, em Vitória. Com o surgimento dos empreendimentos de grande porte, apresentado anteriormente, esse complexo portuário se desenvolveu ainda mais, e ganhou outro terminal, também em Vila Velha, o Terminal de Capuaba. Este surgiu sob uma nova política econômica, pautada na busca pelo desenvolvimento, principalmente no que se refere ao mercado internacional. O objetivo dessas novas instalações é refletido através “da perspectiva de utilização do complexo portuário de Vitória e de suas potencialidades de expansão”, sob a “lógica dos corredores de transportes” (SIQUEIRA, 2011, p.266). Dentre esses corredores, há aquele que usufrui do espaço e das potencialidades capixabas, passando por Goiás, com a produção de grãos, por Minas Gerais, com a indústria de siderurgia, até chegar ao Espírito Santo, onde também capta a produção siderúrgica, além, claro, do complexo portuário, local de escoamento dessas produções.

Como bem observado, grande parte do extremo norte do município de Vila Velha foi ocupado, tornando-se uma área exclusivamente portuária, com a presença de sete terminais (mapa 04). Esses terminais são privilegiados por terem em suas proximidades linhas férreas, que facilitam o transporte de mercadorias, além de possuir uma retro-área significativa (ZANOTELLI, 2009). Em meio aos sete terminais localizados em Vila Velha, há um que merece destaque devido à sua localização, que fica exatamente na foz do rio Aribiri, região próxima em que se encontra a nossa área de estudo, o bairro Dom João Batista. Trata-se da

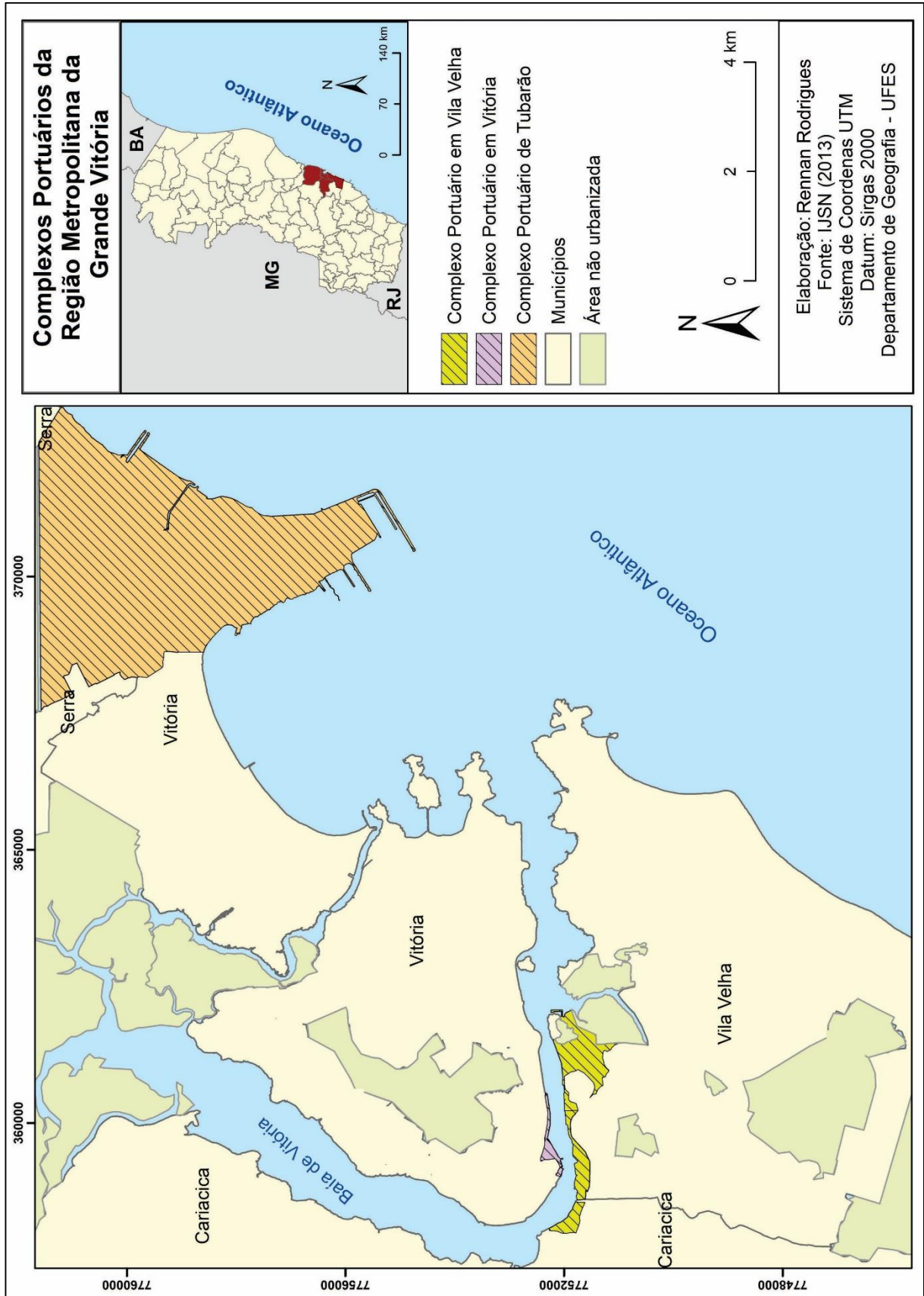
Companhia Portuária de Vila Velha (CPVV), porto privado de “cargas da indústria de extração e refino de petróleo, carga geral e contêineres” (ZANOTELLI, 2009, p.66). Talvez cabe aqui dizer que, a implantação deste terminal em uma área estuarina pode provocar alterações na biodiversidade da região, lembrando que esta é uma área de integração flúvio-marinha. Além disso, a localização pode interferir diretamente na vazão do rio, que em períodos de cheia pode ocasionar inundações no bairro.

É certo que existem vários fatores que levam às inundações em Dom João Batista, um deles é o próprio assoreamento do rio Aribiri, entretanto, não se pode minimizar os possíveis impactos causados pela presença deste porto em uma área de estuário. No caso específico do porto de Vitória, é demonstrado que

(...) os principais impactos sócio-ambientais causados por sua implantação, se deram pela supressão de diversos ambientes, como manguezais, costões rochosos, praias, e outros, por meio de extensos aterros e enrocamentos, e efetivamente se estabelecendo, talvez de forma vitalícia, como paisagem integrante da cidade de Vitória [e Vila Velha]. (VIANNA, 2009, p.72).

Por outro lado, também é possível que a localização e a presença do CPVV naquela região não resulte em nenhuma consequência direta com o bairro, a verdade é que este trabalho não tem o objetivo de problematizar a respeito dos portos com tamanha profundidade; temos aqui o interesse de expor os agentes modeladores do espaço que podem influenciar direta ou indiretamente à composição do bairro Dom João Batista e, neste caso, não poderíamos deixar de abordar sobre os portos, que são responsáveis por atrair mão-de-obra, e assim, contribuindo com o aumento da população na área de estudo.

Tendo trazido um pouco sobre o município de Vila Velha, seu breve histórico, sua demografia, questões com a habitação, até finalizar com os portos, partiremos agora para análise e problemática central deste trabalho, iniciaremos a discussão acerca do próprio bairro Dom João Batista; todavia, antes de nos aprofundarmos neste assunto, faremos um breve debate teórico sobre lugar e o bairro, afim de compreender melhor a nossa área de estudo.



CAPÍTULO 03

3. O LUGAR E O BAIRRO: O CASO DE DOM JOÃO BATISTA

3.1. O LUGAR

A pós-modernidade está cada vez mais em evidência no nosso cotidiano; o excesso e a escassez fazem parte de um paradoxo dessa nova realidade. O tempo e o espaço se contrapõem em meio a uma realidade confusa de se ter pouco tempo para usufruir muito do espaço, o tempo escorre por entre nossos dedos, com a mesma velocidade em que as informações circulam pelos meios de comunicação. Não entraremos aqui em uma discussão filosófica hermenêutica a respeito dos termos “tempo e espaço”; por outro lado, não podemos desconsiderar que ambos os conceitos, a forma como os entendemos, está intrinsecamente ligado ao que conhecemos por “lugar”. Alguns autores como Massey e Tuan trazem essa perspectiva do lugar relacionado ao espaço vivido, à construção das relações sociais de um determinado espaço ao longo do tempo. Para Tuan,

Lugar é uma pausa no movimento. Os animais, incluindo os seres humanos, descansam em uma localidade porque ela atende à certas necessidades biológicas. A pausa permite que uma localidade se torne um centro de reconhecido valor (1930, p.153).

Assim, podemos perceber que o tempo, assim como o espaço, também compõe o conhecimento de lugar. Entretanto, não apenas o tempo, ou mesmo o espaço contribuem para a elucidação do conceito de lugar, para tanto, é necessário haver um significado, um sentido, uma relação interpessoal com o local, com o espaço vivido. Deste modo, Tuan apresenta que “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar” e, continua, “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado” (1930, p. 83 e 151).

Para além dessa visão do lugar como uma relação entre espaço, tempo e os significados deles para as pessoas, Massey aponta um entendimento mais amplo. Para ela, o conceito de lugar não se finda num espaço pequeno, interno, na verdade trata-se de uma concepção que abrange o cenário do global ao local ou vice-versa. Desta forma, ela explica,

Nessa interpretação, o que dá a um lugar sua especificidade não é uma história longa ou internalizada, mas o fato de que ele se constrói a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num *locus* particular. [...] Assim, em vez de pensar os lugares como áreas com fronteiras ao redor, pode-se imaginá-los como momentos articulados em redes de relações e entendimentos sociais, mas onde uma grande proporção dessas relações, experiências e entendimentos sociais se constroem numa escala muito maior do que costumávamos definir para esse momento como o lugar em si, seja uma rua, uma região ou um continente. Isso, por sua vez, permite um sentido do lugar que é extrovertido, que inclui uma consciência de suas ligações com o mundo mais amplo, que integra de forma positiva o global e o local (MASSEY, 2000, p. 184).

O lugar é a representação da memória do passado, nos apropriamos do espaço e deixamos nele nossa marca, nossa história, logo ele se torna um lugar de identidade, ou seja, passamos a nos sentir como parte daquele espaço, o que contribui na formação do que chamamos de bairro. O conceito de bairro também busca concatenar a realidade do espaço vivido às relações sociais estabelecidas no entendimento de lugar. A seguir explanaremos brevemente sobre os conceitos de bairro e favela, procurando situar Dom João Batista nesse debate.

3.2. BAIRRO E FAVELA

O conceito de bairro parte da premissa que exista uma inter-relação entre os indivíduos e o lugar habitado. O habitar, como explica Ribeiro (2011), exige mais que simplesmente o fato de ocupar, na verdade está fortemente ligado ao grau de intimidade entre o espaço e o indivíduo; assim, ao se apropriar de um espaço, a sociedade cria um elo de identidade com o mesmo. Ainda segundo Ribeiro, “o espaço habitado exige de seus ocupantes condições para que estes se sintam parte dele” (2011, p.25). Desta forma, ao habitar, a sociedade molda o espaço tornando-o compatível com as suas necessidades e desejos, ou seja, tornando-o um lugar, e de acordo com Silva (2013, p.15), “o lugar, portanto, é fruto de relações pessoais, em que os valores subjetivos e as realidades econômicas individuais e coletivas ganham forma”.

Se para a existência do lugar é necessária uma relação de apropriação, pertencimento e identidade, para o bairro não é diferente. O bairro se configura nas relações sociais, na vida cotidiana, no habitar; trata-se, como aponta Seabra, de um “fenômeno histórico e social” (2003, p.28). Ainda segundo Seabra,

O bairro, na sua generalidade, mostrou-se como uma modalidade de vida social, mas, sobretudo, como uma circunstância temporal da urbanização que traduz as diferentes espacializações da vida social, em função de *como se integram no cotidiano, o próximo e o distante, sob o predomínio de relações imediatas, diretas*. Por isso, a história urbana guarda, de cada bairro, um perfil sociocultural, resultado de uma construção histórica e social, em princípio, singular (p.30, *itálico no original*).

Entretanto, ao se falar de bairro não se pode generalizar o fenômeno como igual em todos os sentidos e características, pois como se trata de uma relação do vivido e do cotidiano, cada lugar ou bairro possui a sua particularidade diante dos aspectos da cidade. Assim como apresentam Ribeiro (2011) e Lira (2015), cada grupo social ao se apropriar de um espaço expressa nele as suas características, e o modifica conforme as suas vivências, logo, não se pode considerar que todos os bairros possuem histórias, formações e realidades iguais. Assim

também, no mesmo bairro, pode ocorrer de ter diferentes significados e usos entre seus habitantes, conforme explica Ribeiro,

O bairro pode ter significados diferentes para cada um de seus habitantes. Para uma parte dos moradores pode ser o lugar de vida, do cotidiano; para outra parte, pode ser o lugar de moradia; e ainda pode haver aqueles que não se identificam com o bairro (2011, p.56).

Portanto, embora a definição de bairro esteja muito ligada ao conceito de lugar, de espaço habitado, do vivido, não se pode evitar a complexidade que envolve tal definição. Enquanto que em um momento a definição de bairro se remete ao particular, à experiência vivida, em outros também apresenta a forma mais ampla do bairro como áreas de passagem, de comércio e de trabalho. “Trata-se de uma totalidade que se move no sentido de um devir histórico e cujos impasses redefinem o todo e as partes” (SEABRA, 2003, p.44).

Tão complexo quanto a definição de bairro, encontra-se a definição de favela. Para muitos ela é compreendida como um espaço de marginalização e violência urbana; há por meio da sociedade uma definição pejorativa em relação às favelas. Talvez esses conceitos estereotipados que se tem sobre as favelas sejam o reflexo de sua formação conflituosa. Barros (2010) descreve que há outras maneiras de se referir a favela, como assentamentos informais e “aglomerados subnormais”, “mas que apresenta diversidade de formas conforme o lugar do mundo em que se encontra, no entanto, sempre associados a processos excludentes de acesso a habitação” (p.27). Ou seja, independente da forma como são denominados, tais fenômenos sempre serão associados ao processo de segregação. Essa segregação que também é apresentada por Maricato (1997) e Lefebvre (2008), se caracteriza pela exclusão social, seja por questões raciais, seja por questões econômicas; Seabra (2003) também apresenta essa segregação imposta, a qual ela denomina de segregação socioespacial, diferenciando do novo fenômeno chamado de auto-segregação, que, para ela, se refere a separação, por escolha, das classes mais abastadas, como os condomínios fechados de luxo.

Diferentemente dos condomínios fechados, isto é, da auto-segregação, a gênese das favelas está associada à falta de opção das famílias menos favorecidas, que sem terem condições de viver nos centros urbanos, onde a infraestrutura e qualidade de vida são melhores, buscam alternativas de habitação nas periferias, surgindo, assim a favelização. Barros (2010) descreve os critérios estabelecidos pelo IBGE para se identificar uma favela ou “aglomerados subnormais” – como é denominado pelo órgão federal; entretanto, tais critérios generalizam bastante as informações, limitando as classificações dos lugares. Assim, segundo o IBGE (apud BARROS, 2010), é considerado favela os lugares que apresentam formas de ocupações ilegais,

urbanização não planejada, construções irregulares, precariedade de serviços públicos como água, esgoto e eletricidade e, por último, ter no mínimo 51 residências. Observe que, apesar de estabelecer o número mínimo de domicílios, o que, segundo Barros, “leva a um subdimensionamento da quantidade de pessoas expostas a essas condições” (2010, p.28), tais critérios estabelecidos pelo IBGE conseguem atender a demanda de classificação das favelas, além de se tornar “possível ter uma ideia da dimensão desses assentamentos informais no país” (BARROS, 2010, p.28).

Embora favela seja um conceito que se refere às áreas excluídas socialmente, às periferias, nelas também existe uma relação íntima com o espaço de seus moradores. O que se quer dizer é, que as favelas, assim como os bairros, não são definições que surgem apenas de fora para dentro, mas o inverso, são seus habitantes que os definem, por meio de suas identidades. Assim, há favelas que são consideradas bairros, há bairros que são considerados favelas e há aqueles em que o mesmo lugar é considerado bairro e favela simultaneamente. Podemos identificar, por exemplo, que Dom João Batista está incluso neste último caso; pois, de acordo com as definições acima citadas, ele possui características que o levam a tais denominações. Ele é legalmente um bairro, mas também é favela por identificação de seus habitantes. Sendo bairro ou sendo favela, o importante é que ambos preservam suas histórias, suas identidades, que seus habitantes se sintam pertencentes ao lugar habitado; mas, sobretudo, que os direitos dos cidadãos sejam atendidos e o espaço possua infraestruturas necessárias para uma boa qualidade de vida. Adiante se encontram as características e o histórico do bairro Dom João Batista, sua origem e as transformações ocorridas nele ao longo do tempo.

3.3. CONHECENDO O BAIRRO DOM JOÃO BATISTA

Pela Lei 2.817 de 1993, Dom João Batista foi legitimado como bairro, porém, como vimos, para a Geografia, a definição de bairro vai muito além do que é determinado em lei. Ele é um bairro pequeno, com aproximadamente 15 hectares de área, possuindo uma ligação direta com a hidrografia e vegetação, sendo esta uma área que é parte integrante de um dos principais ecossistemas brasileiros: o manguezal. O ecossistema de manguezal pertence ao bioma Mata Atlântica, que ocorre tipicamente em regiões tropicais e subtropicais. Trata-se de um sistema costeiro de transição marinha e terrestre e, de acordo com Schaeffer-Novelli (1995, *apud* Petri, 2009), os manguezais surgem nos estuários dos rios, nas lagunas e baías, locais que contribuem na alimentação, reprodução e proteção de sua biodiversidade. Os manguezais, segundo Odum e Heald (1975, *apud* Petri, 2009), são os principais responsáveis pela manutenção das águas

costeiras, mantendo-as férteis, através de sua grande produtividade de matéria orgânica, por meio da transformação do material foliar em detritos.

Apesar da ocupação e construção de Dom João Batista (bem como outros bairros da região) ter sido em meio a este ecossistema, afetando a biodiversidade levando à sua quase total destruição, ainda é possível encontrar uma área residual ao processo de urbanização em suas mediações. Adiante, apresentamos o mapa (mapa 05) que traz uma comparação das transformações sofridas ao longo de três décadas (1978 a 2012), no bairro e também ao redor dele. Entretanto, tais resquícios de manguezal não foram o suficiente para manter a biodiversidade existente bem preservada. O rio Aribiri, por exemplo, se transformou em uma rede de esgoto a céu aberto, escoando sua água suja até a foz, na baía de Vitória. Na verdade, até a direção que o rio corre foi alterada, há poucos momentos que é possível ver ele seguindo em direção ao mar; o rio Aribiri se tornou uma espécie de braço do oceano adentrando o continente, pois quem passa por ele percebe que o fluxo das águas segue na direção mar-continente, e não o contrário como seria o normal de um rio. Vale lembrar que Dom João Batista está situado numa região de estuário, área rica em biodiversidade e de integração flúvio-marinha. Porém, mesmo diante desses fatos ambientais, não é difícil encontrar despejos de esgoto e lixos domésticos direto no rio; isso evidencia uma inexistência ou mesmo uma ineficiência de políticas públicas sobre o descarte inapropriado de lixo em regiões fluviais, bem como a despreocupação da própria população local e dos outros bairros atravessados pelo rio, que realiza esse tipo de descarte nessas áreas inapropriadas (Figura 01).

Desta forma, o rio passou a ser caracterizado e conhecido atualmente como um “valão urbano” devido ao seu estado de poluição. Além disso, vale também ressaltar que com a devastação de parte do manguezal ocorrida através da ocupação territorial, a fauna local não é a mesma de outrora, entretanto, ainda é possível encontrar alguns animais que sobrevivem neste meio. Apesar da poluição do rio ter sido causada, em sua maior parte, pela ligação direta da rede de esgoto doméstica ao seu curso d'água, o depósito de lixo seco também é assustador. Atualmente já existe, nos bairros que margeiam o rio Aribiri (incluindo Dom João Batista), de acordo com a CESAN (2014), o serviço de abastecimento de água e rede de esgoto, ou seja, não é mais necessário lançar os dejetos na rede fluvial; entretanto, ainda é possível ver residências com ligação de esgoto direta no rio.

Outra característica do bairro que se remete ao ambiente físico é o período de cheia do rio que tende a inundar parte das ruas localizadas próximas a sua margem (Figura 02). De acordo com moradores, a cheia costuma ser em março, porém há outras épocas do ano, como

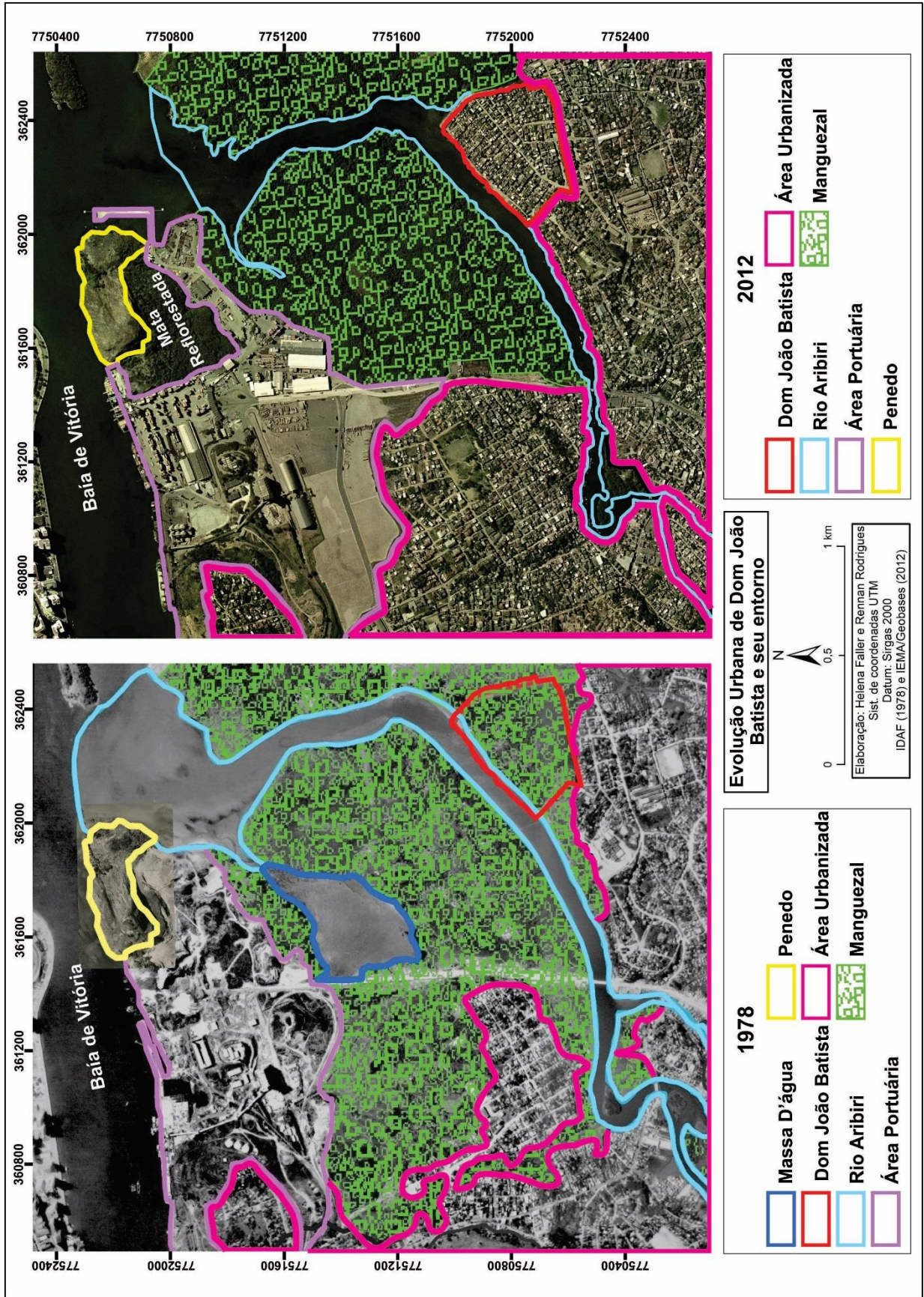
janeiro, que ela também aparece, fazendo com que a água do rio invada ruas e residências. Por essa área ser uma região estuarina com a presença de manguezal, agora coberta por aterros, é natural que a água do mar propenda a ocupar seus antigos espaços.



Figura 01: Lixo seco e doméstico depositado na margem do rio Aribiri, e ao fundo resquícios do manguezal sobrevivente à urbanização, Dom João Batista. Vila Velha/ES, 2015.



Figura 02: Ruas alagadas devido ao período de cheia. Vila Velha/ES, 2015. Fonte: Gazeta Online.



Mapa 05: Evolução do bairro Dom João Batista e seu entorno, de 1978 a 2012, com fotografia aérea.
Elaboração: Helena Faller e Rennan Rodrigues

O problema com a inundação merece ser evidenciada neste trabalho, visto que esta é uma das maiores reclamações dos moradores. E não é por acaso. É certo que muitos elogiam as mudanças que o Programa Habitar Brasil/BID trouxe ao bairro, mas em contrapartida, a maioria também afirma que ele não foi totalmente executado, já que as inundações são constantes nos períodos de cheia da maré. De fato, parece que certas situações não foram levadas em consideração pelo programa, como, por exemplo, o conhecimento da amplitude da maré alta, pois ao saber até onde o rio se eleva é possível planejar uma orla mais segura, com maior vazão e capaz de suportar suas cheias.

Para que essas enchentes não atormentassem os moradores, existem algumas possibilidades que poderiam - e ainda podem - ser realizadas. O importante a saber é que, quando se elabora um projeto social que envolve moradias e infraestrutura urbana, o planejamento não deve ser restrito ao que construir e como construir, deve-se levar em conta as características biofísicas do lugar, bem como as influências externas que o mesmo recebe. Assim, apesar de Dom João Batista ser um bairro pequeno, a sua localização é um fator de enorme relevância na produção do projeto, afinal ele está localizado onde antes era um manguezal, e isto por si já o torna uma área suscetível a inundações.

Outro fator importante a ser considerado é a forte urbanização que atingiu as margens do rio Aribiri desde a sua nascente no bairro Vale Encantado, também em Vila Velha. A intensa urbanização fez com que o rio ficasse mais estreito de uma margem a outra; assim como em Dom João Batista, moradores dos bairros vizinhos cortado pelo rio, como Vila Batista, construíram suas casas nas margens, sendo necessários os aterramentos dessas áreas. E, com o período de cheia e depois de seca, o processo de erosão nas margens do rio torna-se algo inevitável. Esse processo somado ao acúmulo de lixo pelos moradores e a permanência de residências bem próximas ao curso d'água, contribuem com o assoreamento do rio facilitando as inundações em Dom João Batista. Além disso, o estuário encontra-se completamente poluído. As pessoas não acreditam que ali seja um curso d'água natural, até mesmo porque a sua correnteza quase não se vê, suas águas, a maior parte do tempo, se encontram paradas, havendo maior fluxo durante os períodos de cheia, que costumam acontecer nos meses de janeiro e março.

O porto também foi responsável pela ocorrência dos problemas ambientais, principalmente a partir da realização de atividades de dragagem na baía (muito comum para aumento do porte de embarcações recebidas no porto). Segundo Vianna (2009, p.72), “as

dragagens rompem o equilíbrio natural entre a descarga do rio, as trocas de marés, o fornecimento de sedimento e a morfologia do fundo”.

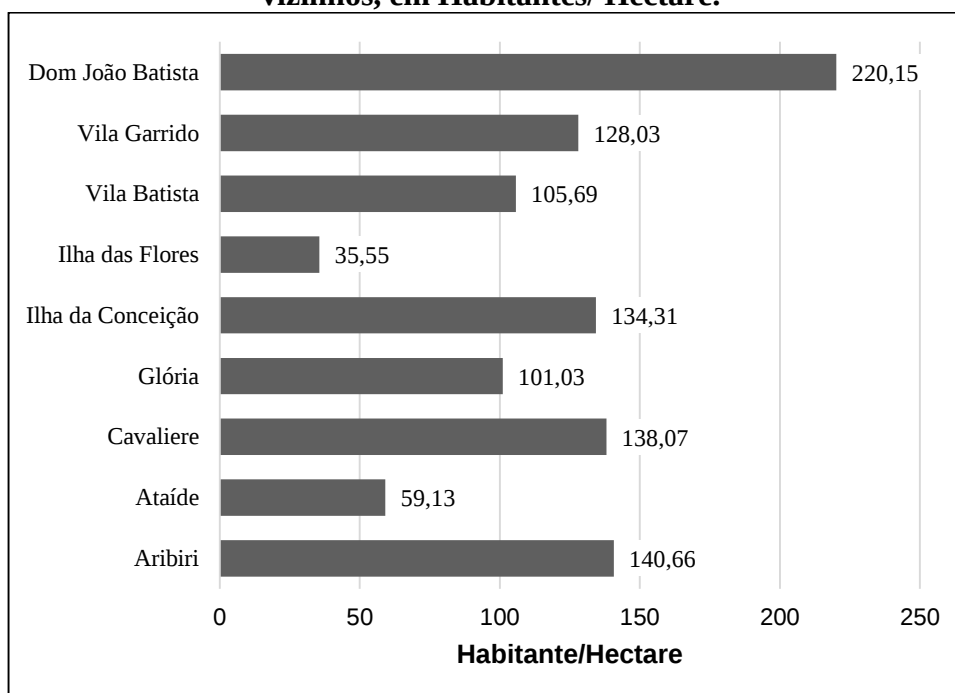
Como dito anteriormente, existem várias possibilidades de intervenção para que as inundações cessassem, apontaremos aqui apenas duas; a primeira seria a retirada das residências mais próximas das margens (assim como foi feito com os demais moradores no início da implementação do programa de habitação), pois são essas que mais sofrem nesse período. A segunda seria uma obra de maior alcance, fazendo uma limpeza geral do rio, retirando os sedimentos do fundo, o que possibilitaria o aumento de sua vazão; isso ajudaria o rio a seguir o seu curso normal, ou seja, correria em direção à sua foz na Baía de Vitória, e não o inverso que ocorre atualmente.

Certo que isso são apenas hipóteses, pois ainda há de se levar em consideração os aterros que foram realizados para a ocupação das famílias, é necessário que seja feito um estudo mais aprofundado exclusivamente sobre o rio Aribiri, sua vazão, correnteza, resquícios de seu manguezal, etc. Além dos aspectos biofísicos, existem outros fatores que ajudam a compor o bairro e que também discutiremos neste trabalho. A seguir apresentamos um pouco da demografia de Dom João Batista.

3.4. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA DE DOM JOÃO BATISTA

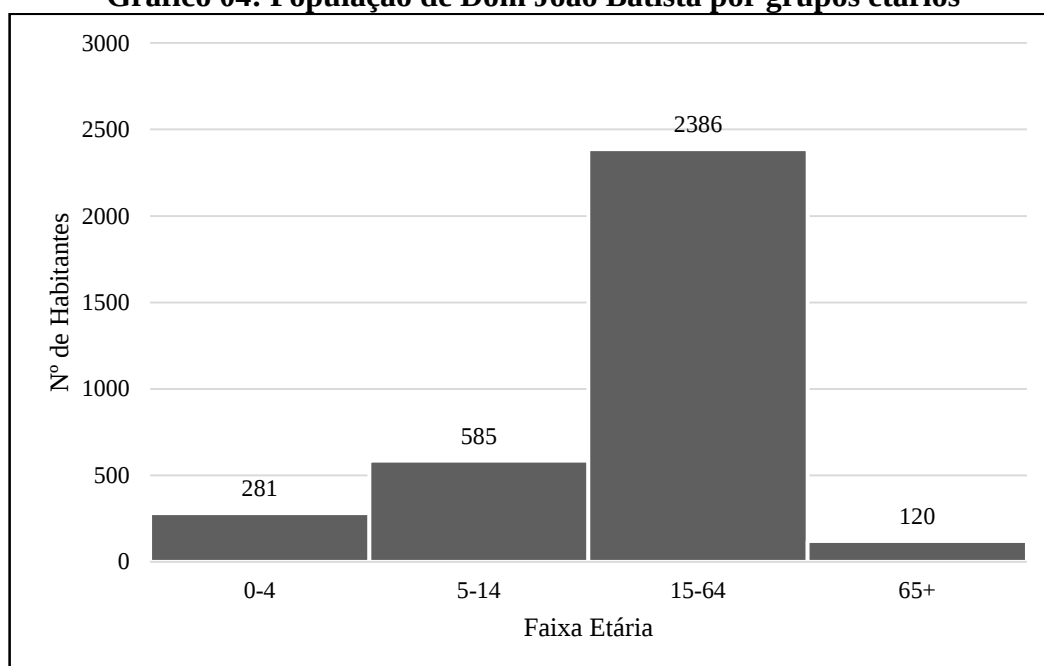
Como mencionamos anteriormente, Dom João Batista possui uma área muito pequena, com apenas 153.169 m² (15,3 hectares), o que permite ter uma população absoluta relativamente baixa e, que de acordo com o último censo do IBGE (2010) chegou a 3.372 habitantes. O total de habitantes do bairro equivale a quase 1% da população canela-verde, por outro lado, revela uma forte densidade demográfica com 220,15 habitantes por hectare. Em comparação com os bairros vizinhos, Dom João Batista é o que possui a maior densidade, enquanto Ataíde e Ilha das Flores possuem as menores, com 59,13 e 34,55 habitantes por hectare, respectivamente (Gráfico 03).

Gráfico 03: Densidade Demográfica de Dom João Batista e bairros vizinhos, em Habitantes/ Hectare.



Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Vila Velha, 2013 (Censo IBGE, 2010).

Prosseguindo na análise demográfica, no que se refere ao gênero, a população feminina é maior que a masculina, entretanto a diferença não chega a ser discrepante, já que o número de mulheres é de 1.762 e o de homens é de 1.610, segundo Censo do IBGE de 2010 (SEMPA, 2013). Em relação à faixa etária dos habitantes de Dom João Batista, notamos que a população de idosos (65 anos ou mais) é significativamente pequena, equivalente a apenas 3,56% da população total. Por outro lado, o número de habitantes do bairro que se enquadram na classificação de População Economicamente Ativa (PEA), que seriam acima de 15 anos, é expressivamente maior que as demais faixas etárias (Gráfico 04).

Gráfico 04: População de Dom João Batista por grupos etários

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Vila Velha, 2013 (Censo IBGE, 2010).

Embora 70,76% da população de Dom João Batista esteja na faixa de idade considerada como “população com idade ativa”, parte dos indivíduos que pertencem a este grupo não possuem necessariamente alguma atividade com remuneração. De acordo com a SEMPLA (2013), 37,2% da população do bairro com 10 anos ou mais não possuía, à época, nenhum tipo de rendimento, sendo esta porcentagem maior, inclusive, que a população com renda superior a um salário mínimo. A tabela a seguir nos apresenta a renda média mensal da população de 10 anos ou mais de Dom João Batista e seus bairros vizinhos, além de apresentar o percentual de habitantes classificados em três categorias de rendimento: até um salário mínimo, mais de um salário mínimo e sem rendimento. A partir da tabela, identificamos que Dom João Batista possui o maior número de habitantes com renda de até um salário mínimo, 27,7% de sua população, comparado aos outros bairros; Aribiri possui o menor número com 8,4% de sua população. Quanto ao número de pessoas que recebem mais de um salário mínimo, Dom João Batista encontra-se em último lugar, com 35,1% de sua população (Tabela 01).

Tabela 01: Relação de Habitantes por Classificação de Rendimento e Renda Média Mensal de Dom João Batista e Bairros Vizinhos.

Bairro	Renda Média Familiar	Habitantes com 10 anos ou mais (%)		
		Até 1 salário	+ 1 salário	Sem renda
Dom João Batista	R\$764,45	27,7	35,1	37,2
Aribiri	R\$1.151,22	8,4	50,2	41,4
Ataíde	R\$1.105,79	21,2	48,6	30,2
Cavaliere	R\$1.026,49	20,6	45,6	33,8
Glória	R\$1.453,07	11,7	45,1	43,2
Ilha da Conceição	R\$837,53	21,7	40,4	37,9
Ilha das Flores	R\$1.075,80	16,2	46,0	37,8
Vila Batista	R\$1.242,81	19,0	45,3	35,7
Vila Garrido	R\$898,85	24,4	41,3	34,3

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de Vila Velha, 2013 (Censo IBGE, 2010).

Observamos, portanto, que dentre os bairros descritos, a nossa área de estudo é a que tem mais habitantes recebendo pouco, o que interfere diretamente na sua renda média mensal, que como podemos notar, é a menor de todos os bairros, de apenas R\$764,45; a maior renda média é do bairro Glória, de R\$1.453,07. Se levarmos em consideração que o salário mínimo vigente no ano de 2010 era de R\$510,00, podemos dizer que a renda média mensal de Dom João Batista não chegava nem a soma de dois salários mínimos, ou seja, trata-se evidentemente de um bairro de baixa renda. Esses dados só comprovam o que pode ser visto diariamente dando apenas um passeio por suas ruas. A vivência e a caracterização da infraestrutura de Dom João Batista serão melhores discutidas mais adiante no trabalho.

3.5. HISTÓRICO DO BAIRRO DOM JOÃO BATISTA

A história de Dom João Batista tem início nos primeiros anos da década de 1980, com a ocupação de sua área por 212 famílias. Ao falarmos a respeito da ocupação ocorrida, encontramos uma ambiguidade em seu entendimento, isto porque para uns ela é vista como uma ocupação irregular, uma “invasão”, enquanto para outros não há irregularidade alguma, uma vez que houve um respaldo por parte do governo municipal da época. Com ou sem

respaldo, a verdade é que a ocupação se estendeu até uma região estuarina com presença de manguezal, área imprópria para urbanização, mas que ainda assim foi realizada. Diante dos fatos, fica difícil argumentar contra a irregularidade; por outro lado, o que aconteceria com as famílias que buscavam pelo direito à moradia, pela população marginalizada que não sabia mais o que fazer para conseguir um lugar para morar? Não é intenção afirmar que a ocupação feita em Dom João Batista era a única solução para essas famílias, mas que ela passou a ser aceita pela sociedade, assim como descreve Freire,

Aos poucos, novo tecido urbano foi se instalando e se configurando por “invasões” feitas por uma população que buscou na cidade e seus arredores um lugar de subsistência e também de produção de forma não convencional e não reconhecido oficialmente, mas que foram se consolidando e aceitas como fenômeno irreversível pela considerada sociedade legal (2010, p.73).

A população, portanto, encontrou às margens do rio Aribiri e em seu manguezal um refúgio, e assim, a partir de 1982, deu-se início a ocupação, onde foram feitos aterros na área com uso de lixos transportados pela própria prefeitura. Antes de trazermos um debate sobre como se sucedeu a ocupação do bairro, queremos destacar aqui que durante as buscas por bibliografias, encontramos a dissertação de mestrado em Psicologia Institucional de Mally Teixeira Freire (2010), da Universidade Federal do Espírito Santo, que apresenta a mesma temática deste Trabalho de Conclusão de Curso, a história de Dom João Batista, mas em outra perspectiva; portanto, utilizaremos esta dissertação como base nesta etapa do trabalho, porém, é importante dizer que a metodologia de História Oral foi adotada em ambos os trabalhos, podendo ocorrer similaridades entre as respostas das entrevistas.

A priori, de acordo com relatos de moradores mais antigos, a ocupação de Dom João Batista, iniciada nos primeiros anos da década de 1980, não ocorreu de maneira desordenada. Neste período, haviam movimentos sociais espalhados pela Grande Vitória que, além de atuarem reivindicando áreas a serem ocupadas, também buscavam organizar essas mesmas ocupações pelas famílias, de modo que todas, ou a maioria, tivessem acesso a um pedaço de terra. Para tanto, porém, era necessário que as famílias participassem de reuniões de planejamento para definirem a divisão e a organização daquele espaço (Figura 03).



Figura 03: Reunião entre os moradores. Década de 1980.
Fonte: Associação de Moradores de Dom João Batista.

A intenção do movimento social e dos moradores era de lotear igualmente a área para cada família inscrita no projeto, e então depois efetivar a ocupação. Mas, alguns problemas surgiram no caminho. Por se tratar de uma área pequena, era necessária uma organização prévia, e assim foram feitas inscrições de um número ideal de famílias que comportassem ali. O problema é que muitas famílias também ficaram de fora do projeto e, não aceitando o fato de não receberem lotes, passaram a invadir e subtrair os materiais de construção das famílias que foram contempladas. A situação se agravou, e com medo de perderem seu espaço e seus materiais, as pessoas que conseguiram o direito ao lote, via inscrição e pelas presenças nas reuniões, passaram a construir seus barracos em qualquer lugar, sem esperar a divisão justa da terra. Assim, como conta uma moradora,

...os moradores faziam suas barracas e ficavam morando. Tinha que pegar água lá em cima perto da Igreja Católica e quando a polícia chegava, tirava todos os barracos, e depois eles voltavam de novo (MORADORA X, ENTREVISTA, 2016).

Diante das informações supracitadas, supõe-se que as divergências entre as famílias e a repressão policial foi o ápice dos problemas enfrentados pelos ocupantes. Não obstante, ocorrem situações ainda mais problemáticas no prelúdio das ocupações. Os relatos apontam que o movimento social junto às famílias interessadas, conseguiu, por meio de uma grande resistência, a concessão de uma pequena área dentro do manguezal do rio Aribiri que pudesse

ser apropriada. Essa área, porém, era parte de posse da antiga CVRD e parte de posse da família Vereza. Diz-se de posse pois a área em questão era de manguezal e, assim, era terreno de marinha, isto é, pertencia a União. De qualquer modo, como a área era de posse tanto da antiga CVRD quanto da família Vereza, o processo de ocupação teve de ser negociado diretamente com eles. Segundo o que conta um morador, a família Vereza havia cedido parte de sua área, além da promessa de ajudar com o aterro. Entretanto, a área cedida ainda era insuficiente para abrigar todas as famílias, que passaram a ocupar o restante da área dos Vereza e também toda a área da CVRD.

Diante de tais ações, os posseiros iniciais das terras, que se reivindicaram como donos, recorreram à justiça para que esta emitisse à ordem de retirada dos ocupantes. E assim foi feito, como contam os moradores, inúmeros barracos foram derrubados por forças policiais. Freire (2010) aponta que,

Nessa saga, os fiscais da lei fincavam marcos de madeira no chão e avisavam que dali em diante, ninguém podia mais construir. O bairro continuou a crescer contra a vontade e a ordem do governo. Por isso mesmo, a primeira rua recebeu o nome de Rua do Fico. Porque teimava em existir e crescer, mas toda essa luta foi travada com astúcia que merece ser contada (p. 82).

Mais tarde, as famílias conquistaram na justiça o direito das terras que eram posse tanto da família Vereza quanto da CVRD. Simultaneamente a esses eventos, tem-se a presença de dois personagens que contribuíram de alguma forma na história do bairro. O primeiro é o ex-prefeito de Vila Velha, Vasco Alves, que venceu as eleições em 1982, ano que se iniciou as ocupações do manguezal. Na época, Vasco Alves era advogado da Igreja Católica e da Comissão do Direito à Moradia, sendo conhecido pela população como o advogado do povo (FREIRE, 2010). Lendo um fragmento da entrevista de Claudio Vereza à Freire, podemos ter uma noção da importância da figura de Vasco Alves para com os mais pobres:

Animados com a eleição do advogado dos pobres que dá apoio às ocupações urbanas, um grupo começa a ocupar em dezembro de 1982, parte do manguezal de Aribiri, uma área de mangue que tinha nos fundos do bairro de Aribiri. Começa a implantar barracos, palafitas aí no meio do mangue. Isso vai crescendo, no início eram poucos, em janeiro já tem cerca de 300 pessoas iniciando a construção de pequenos barracos de tábua no meio do mangue (VEREZA *apud* FREIRE, 2010, p. 81).



Figura 04: Casas em palafitas construídas em cima do rio Aribiri. Década de 1980. Fonte: Associação de Moradores de D. João Batista.

Outro personagem importante foi o Arcebispo de Vitória que deu origem ao nome do bairro, Dom João Batista da Mota e Albuquerque. A Igreja Católica, na época, tinha um papel significativo em meio às lutas sociais, e a população recorria bastante ao seu arcebispo, como podemos observar na foto a seguir, em que há uma placa de pedido de ajuda (Figura 05).



Figura 05: Placa escrita por moradores no período da ocupação, solicitando a ajuda do arcebispo Dom João Batista. Década de 1980. Fonte: Associação de Moradores.

Ainda de acordo com Freire (2010),

É importante ressaltar a participação da Igreja nesse movimento que originou o bairro Dom João Batista. Essa participação é relatada por diversos entrevistados que se lembram das primeiras ocupações urbanas na região da Grande Vitória. Estas eram apoiadas por advogados ligados à Arquidiocese, à Comissão de Direito à Moradia (CDM) que agia na hora de um despejo ou de uma ocupação (p. 85).

E continua, “o arcebispo Dom João Batista, personifica este momento” (p. 86), servindo de mediador entre ambos os lados, e buscando a melhor maneira de ajudar as famílias, pois para ele, aquelas pessoas não podiam ficar sem um lugar para morar. Adiante elucidaremos melhor a respeito de Dom João Batista, Arcebispo de Vitória (BOX 01). Ao longo dos anos, com a ocupação sendo efetivada, a região passou por várias mudanças, como a chegada da energia elétrica e água encanada, pavimentação de ruas e calçadas, assim como no seu reconhecimento de bairro sob a Lei 2.817 de 04 de janeiro de 1993, que apresenta:

Art. 1º - Fica denominado de "BAIRRO DOM JOÃO BATISTA", a Rua conhecida como Vila Dom João, neste Município (PMVV, 1993).

Outras mudanças vieram também com o surgimento do Movimento Comunitário e, com ele, a padaria comunitária, que tinha como objetivo gerar renda entre os moradores. Ela era financiada pela antiga CVRD e pela Prefeitura Municipal de Vila Velha. Atualmente a padaria ainda existe, não mais em seu local de origem, que passou a ser apenas o espaço do movimento comunitário, mas deixou de ter o caráter de comunidade, tornando-se um bem privado; essa situação gera certo desconforto entre alguns moradores, que não acreditam ser justo um bem que era de uso comum, agora ser particular. A população ao longo dos anos foi conquistando melhorias na infraestrutura do bairro, até que finalmente foi implementado o Programa Habitar Brasil/BID, que será melhor discutido adiante.

BOX 01: QUEM FOI DOM JOÃO BATISTA?

Dom João Batista da Mota e Albuquerque foi o primeiro arcebispo metropolitano a tomar posse na Arquidiocese de Vitória, onde exerceu entre 1958 e 1984. Desde sua ordenação como sacerdote até o fim de sua vida, sempre esteve atuante nas causas dos pobres e oprimidos, adepto do Concílio Vaticano II:

O Concílio Vaticano II refletiu em profundidade sobre o mistério da Igreja e sua missão lançando os grandes princípios orientadores da renovação do corpo eclesial. Ele se classificou como pastoral e descobriu na evangelização a contribuição específica da Igreja no mundo, o que implicou uma constante conversão e reforma, saindo de si e deixando-se interpelar pelo seu Senhor que se faz conhecer também nos sinais dos tempos, referindo-se como ‘Povo de Deus’ a serviço da humanidade, e superando a exclusividade da estrutura verticalista, monárquica e acentuadamente clerical, e abrindo-se à estrutura comunitária na qual o leigo é reconhecido como sujeito no processo (VESCOVI, 2007, p. 23).

Foi adepto das CEB's (Comunidade Eclesial de Base), que, de modo geral, era “um meio de evangelização que respondesse aos desafios de uma prática libertária no contexto da ditadura militar” (DORNELAS, 2006, p.3), surgindo como base da Teologia da Libertação dos teólogos Leonardo Boff e Gustavo Gutiérrez.

Dom João mantinha um canal direto de comunicação com os trabalhadores do campo e da cidade e sempre estava disposto a ajudar os que mais necessitassem, tanto que ficou conhecido como o bispo da Igreja dos pobres; e ainda segundo Vescovi,

Dom João, por volta de 1978, junto à Comissão de Justiça e Paz no Espírito Santo, assumiu a defesa daqueles que se encontravam sem moradia, denunciou a situação desumana existente no lixão de São Pedro, em Vitória. Também posicionou-se resolutivo em favor da luta dos povos indígenas. Mas, foi em janeiro de 1982, que Dom João tomou uma das decisões mais arriscadas e/ou ousadas de sua vida: abrir as portas da Catedral Metropolitana para os mais de 500 desabrigados que ocupavam uma faixa de terra em Cariacica. No dia 29 de janeiro de 1982, espalhou-se a notícia de que o arcebispo havia aberto as portas da Catedral para os desabrigados. De acordo com vários testemunhos, Dom João abriu a porta da Catedral, dirigiu-se ao povo despejado e disse: “Entrem aqui os despejados” (2007, p. 42).

E essas foram algumas das atitudes dele diante da população menos favorecida. Outro exemplo foi a posição que tomou diante das famílias que estavam a ocupar a área que hoje corresponde ao bairro que leva o seu nome. Assim, nota-se que o arcebispo foi mesmo uma figura memorável na história capixaba, sobretudo no que diz respeito ao auxílio dado aos pobres e oprimidos.



Figura 06: Dom João Batista da Mota e Albuquerque

Fonte: <https://culturaopenbar.wordpress.com/2016/06/05/catedral-de-cara-nova/>

CAPÍTULO 04

4. PROGRAMA HABITAR BRASIL/BID E SUA IMPLEMENTAÇÃO NO BAIRRO DOM JOÃO BATISTA

Habitar Brasil foi um programa criado pelo governo federal para atender famílias de baixa renda que viviam em habitações precárias e em áreas de pouca ou nenhuma infraestrutura, surgiu ainda durante o governo de Itamar Franco, mas em 1994 o programa foi integrado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), aperfeiçoando as questões que envolvem gestão, planejamento e operacionalização nas cidades que foram beneficiadas, tornando-se, assim, Programa Habitar Brasil/BID (MADALENA, 2010). Durante o ano de 2004 foi lançado o Manual do Programa Habitar Brasil/BID, nele se descreve que o programa “tem como objetivo contribuir para elevar a qualidade de vida das famílias de baixa renda” (2004, p.2), que morassem em periferias, como favelas, e em casas completamente inseguras, como em palafitas; porém, era direcionado apenas para áreas situadas em capitais de estados ou regiões metropolitanas.

Foi um programa que envolveu não apenas o ideário de melhorar as condições habitacionais das famílias mais pobres e, assim, a qualidade de vida, mas também se propunha a distribuir os recursos para os municípios, para que eles pudessem executar obras de serviços e infraestruturas, além de ações nas áreas social e ambiental. A fim de executar todas as tarefas e atingir seu objetivo, o Programa Habitar Brasil/BID foi dividido em Subprograma de Desenvolvimento Institucional e Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais (MADALENA, 2010).

O Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais (UAS) busca atender as necessidades habitacionais de famílias que estão abaixo da linha da pobreza, enquanto que o Subprograma de Desenvolvimento Institucional (DI) de Municípios objetiva prioritariamente construir ou reforçar a capacidade de atuação das administrações dos municípios onde se encontram as maiores necessidades (HBB, 2004, *apud* MADALENA, 2010, p. 57).

Em Vila Velha, foi executado o Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais, pois este tratava de uma ação direta nas áreas necessitadas, enquanto o Subprograma de Desenvolvimento Institucional tratava apenas de questões administrativas. Em 15 de outubro de 2008 foi promulgada a Lei nº 4.712, que

autoriza o poder executivo a transferir as unidades habitacionais, em função da implantação do Programa Habitar Brasil/BID/Vila Velha, do bairro Dom João Batista, neste município (VILA VELHA, 2008).

Dom João Batista, como já abordado anteriormente, é um bairro que foi construído em uma área de manguezal, sendo necessário realizar aterros, e ainda assim, muitas famílias viviam sobre o rio Aribiri, as moradias eram inseguras e o bairro com pouquíssima infraestrutura. Na verdade, a precariedade nessa área durou por alguns anos desde a sua ocupação inicial; um morador durante as conversas descreveu como era Dom João Batista logo que foi morar lá no início das ocupações na década de 1980,

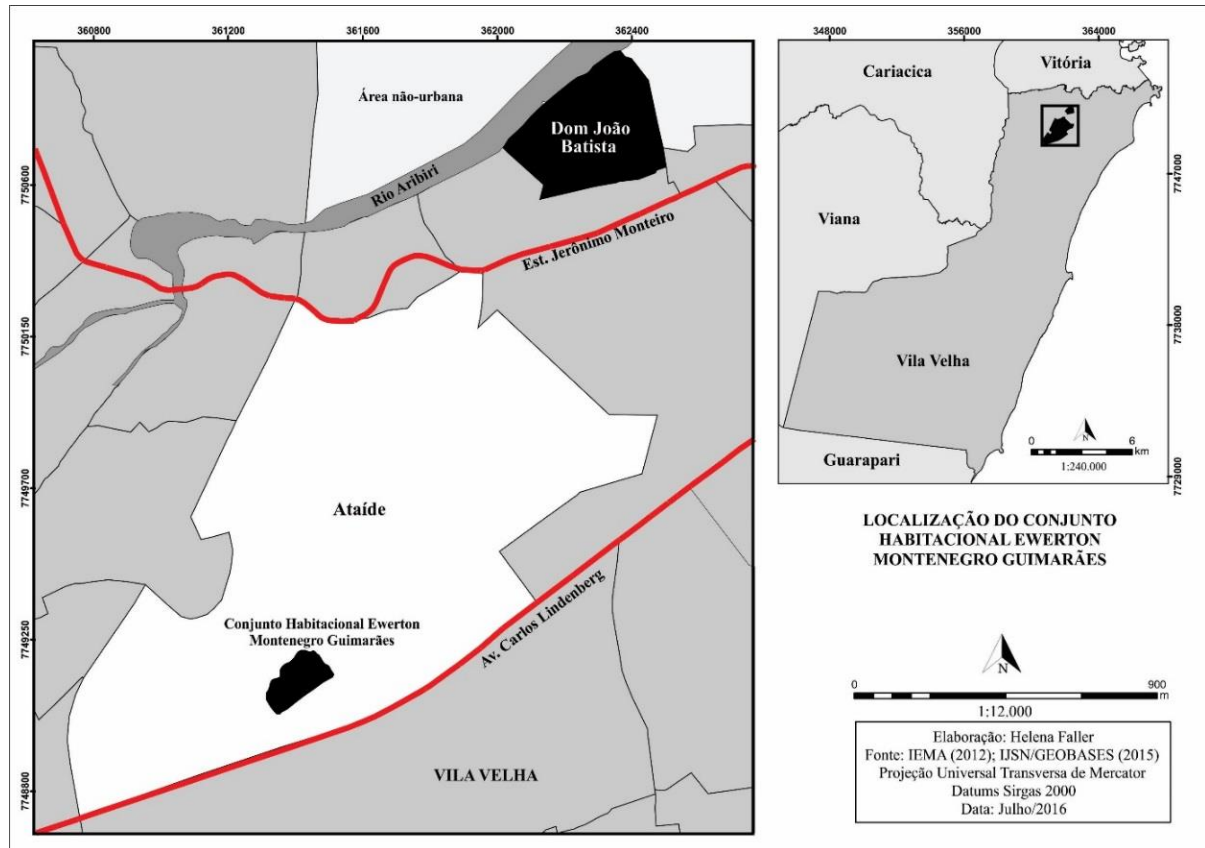
Ainda era de palafitas, sem esgoto e rede elétrica, todas as casas eram de madeira e a água era distribuída por mangueiras, e em algumas casas ainda tinha que ser levada em baldes (MORADOR X, 2016).

Portanto, pode-se notar que a intervenção do Estado diante de tal situação era mesmo necessária. Porém, levou muito tempo para que alguns serviços públicos chegassem ao bairro, como energia elétrica e rede de água e esgoto, isso sem falar da pavimentação das ruas e construção de escola, que demorou ainda mais tempo.

A estimativa de habitantes em Dom João Batista no ano de 2000, apontado por Madalena (2010), era de 4.000 pessoas distribuídas em 959 domicílios; porém, apenas 2.860 moradores que viviam em 826 domicílios foram contemplados pelo Programa Habitar Brasil/BID. Nota-se que após a implantação do programa em Dom João Batista, a sua população teve um decréscimo, visto que em 2000 a população era de 4.000 e dez anos depois, segundo o Censo de 2010, a população do bairro era de 3.372 pessoas. Isso ocorreu porque, dentre a população contemplada pelo programa, haviam 112 famílias que residiam em palafitas às margens do rio; para elas foi realizado um projeto de reassentamento para um novo conjunto habitacional chamado Ewerton Montenegro Guimarães. Segundo Madalena (2010) e dados da PMVV, o Conjunto Habitacional Ewerton Montenegro Guimarães foi construído no bairro Nossa Senhora da Penha, próximo à Avenida Carlos Lindenberg, mas, de acordo com os novos limites de bairros e dados geoespaciais do GEOBASES e IJSN, o conjunto está situado no bairro Ataíde (mapa 06).

A princípio, como contam alguns moradores, muitas famílias se sentiam desconfortáveis com a ideia de sair de Dom João Batista, mesmo que isso significasse uma melhoria na qualidade de vida; entretanto, foram realizadas reuniões entre os responsáveis pelo Programa Habitar Brasil/BID e a população, com o intuito de conscientizar as famílias que não desejavam sair. Enfim, em 2002 foi dado início às obras de construção do Conjunto Habitacional Ewerton Montenegro Guimarães, e em 2003 foram concluídas e entregues às famílias.

A estrutura do conjunto contava com 112 habitações distribuídas em quatro quadras com 28 habitações em cada (figura 07). O conjunto conta também com uma creche, um centro comunitário, estação de tratamento de esgoto, além de infraestruturas básicas como redes de drenagem, de água e de energia elétrica e pavimentação (MADALENA, 2010).



Mapa 06: Localização do Conjunto Habitacional Ewerton Montenegro Guimarães. Elaboração: autora.

Ainda de acordo com Madalena (2010), inicialmente, as unidades habitacionais construídas eram todas padronizadas, com área de 37,98 m² inseridas numa área total do terreno de 72,56 m², possuindo cada uma delas 02 quartos, 01 sala, 01 cozinha e 01 banheiro (Figura 08). Contudo, com o passar dos anos, a população foi adquirindo um melhor poder aquisitivo, culminando em obras de reformas e melhorias em suas residências, desta forma, as habitações não se encontram mais tão padronizadas, tendo sido, muitas delas, modificadas pelos próprios moradores.



Figura 07: Fotografia aérea do Conjunto Habitacional Ewerton Montenegro Guimarães. Vila Velha/ES. Fonte: GEOBASES e IEMA (2012).



Figura 08: Moradia padrão do Conjunto Habitacional Ewerton Montenegro Guimarães. Vila Velha/ES. Fonte: Madalena, 2010.

Como abordado anteriormente, as famílias que permaneceram no bairro Dom João Batista foram contempladas também pelo Programa Habitar Brasil/BID, porém de forma diferente, através de obras de reestruturação do bairro, deixando-o semelhante ao Conjunto Habitacional Ewerton Montenegro Guimarães. Todas as ruas foram pavimentadas, inclusive foi construído à margem do rio, na rua Beira Mar, um calçadão como área de lazer, porém, a erosão, ocasionada pela elevação do nível do mar, tomou conta da construção e atualmente só há resquícios do lugar (Figura 09). Muitos moradores pedem que o calçadão seja reconstruído, entretanto, a sua reconstrução talvez não seja o mais indicado no momento, levando em consideração os atuais problemas existentes no bairro. O ideal é que na margem do rio exista vegetação que possibilite a proteção do rio e ao mesmo tempo evite erosões do solo que podem ocasionar seu assoreamento, fato que já ocorreu com a construção anterior. A existência de uma mata ciliar, como dito, ajudaria a evitar o assoreamento do rio, que por sua vez, é o principal responsável pelas inundações no bairro, mesmo em épocas de maré baixa. Não há impedimento para a reconstrução do calçadão, na verdade, é bem conveniente, mas a sugestão é que haja um reflorestamento de uma vegetação na margem e posteriormente as obras da área de lazer, talvez isso diminua as enchentes no bairro.



Figura 09: Margem do rio Aribiri que sofre com o processo de erosão e de acúmulo de lixo doméstico. Vila Velha/ES, 2015. Foto: autora.

Outras obras de urbanização realizadas pelo Programa Habitar Brasil/BID em Dom João Batista foram a padronização dos lotes e suas respectivas escrituras; além disso, “mais 98 unidades habitacionais foram reconstruídas no bairro Dom João Batista” (FREIRE, 2010, p. 94) seguindo os mesmos modelos padronizados do Conjunto Habitacional Ewerton Montenegro Guimarães. Para essas famílias foi concedido um aluguel social, pois era necessário que elas deixassem suas moradias para a realização das obras de construção de novas habitações. Também foi inaugurada uma creche municipal para atender as crianças do bairro, foi melhorado o posto de saúde e a escola municipal de ensino fundamental. O bairro ganhou uma “nova fisionomia” com a implementação do programa, e atualmente convive com todas essas transformações; vejamos a seguir como é a vida cotidiana no bairro na atualidade.

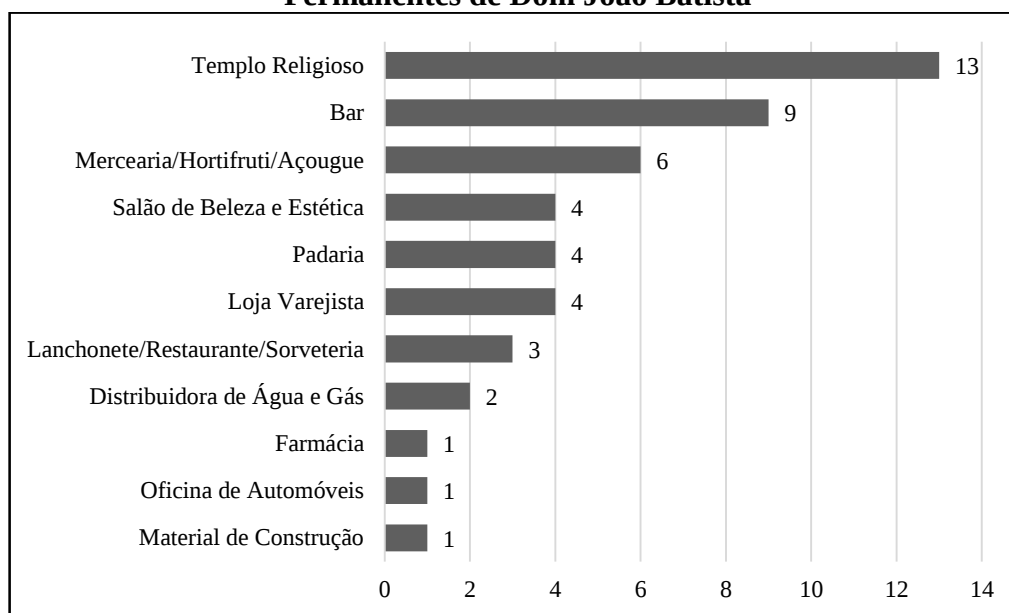
CAPÍTULO 05

5. DOM JOÃO BATISTA HOJE: A VIVÊNCIA COTIDIANA NO/DO LUGAR – BREVE RELATO PERCEPTIVO

Como mencionado na metodologia deste trabalho, foi realizada uma visita de campo com a intenção de conhecer melhor o bairro, avaliando sua infraestrutura, atividades econômicas e sociais, além de sua identidade enquanto lugar, que pode ser relatada a partir das minhas experiências vividas no bairro. A priori, apresentaremos os dados coletados com base na infraestrutura e as atividades desenvolvidas entre os moradores. Deste modo, foi realizada uma contagem dos estabelecimentos de comércio, lazer e religiosidade do bairro, para contribuir na análise socioeconômica da área de estudo. Não é possível garantir que tal contagem seja de toda confiável, pois pode haver estabelecimentos que fecharam, mas sua estrutura continua igual, ou estabelecimentos sem placas ou faixas indicando sua função, dificultando sua identificação, ou mesmo podem ter surgidos novos estabelecimentos após a visita de campo; o que se quer dizer é que a contagem apresenta uma aproximação quantitativa desses estabelecimentos.

Após a realização da coleta de dados, notamos que o bairro possui uma estrutura comercial básica que o atende bem, contendo mercearias, padarias, lojas de materiais de construção, institutos de beleza, lanchonetes, entre outros que podem ser observados no gráfico adiante. Por outro lado, o gráfico aponta apenas os estabelecimentos com estruturas físicas permanentes, desconsiderando os comércios de estruturas móveis, como carrinhos e barraquinhas, que são muito comuns no período noturno, sendo esta a razão pela qual só foi realizada a contagem dos estabelecimentos fixos, uma vez que a visita de campo ocorreu no período diurno. No entanto, a convivência contínua com o bairro permite conhecer a realidade comercial que há durante a noite, como os comércios de cachorros-quentes, salgados, churrasquinhos, comidas típicas, sorvetes, e tantos outros.

Gráfico 5: Número de Estabelecimentos Comerciais Permanentes de Dom João Batista



Fonte: Coleta de dados *in loco* realizada pela autora. Novembro/2015.

A principal rua de acesso ao bairro, rua São José, se transformou em uma espécie de “rua de lazer” (Figura 10). Ali encontramos os comércios anteriormente citados, alguns brinquedos infantis, como cama-elástica, além disso, a quadra esportiva também está localizada nessa rua, sendo bastante usada pelos jovens. Tornou-se, portanto, um verdadeiro espaço de convivência social entre os moradores do bairro, que se apropriaram da rua transformando-a em um lugar de referência e de sociabilidade. São nesses momentos, na vida noturna, é que o bairro ganha vida, que constrói e reconstrói sua identidade, pois, segundo Hall (2005), são as relações sociais que contribuem na construção de uma identidade cultural, uma identidade do grupo.

Ainda de acordo com Hall (2005), a identidade, seja ela do sujeito ou do grupo, não é algo imutável ou única, ao contrário, se forma, se transforma e se adapta em cada momento e ambiente, em cada relação social ou cultural. Ou seja, o que Dom João Batista é hoje, na verdade, é o reflexo de toda sua formação histórica. Trata-se de um processo de construção contínuo, que se originou com suas primeiras ocupações ao final da década de 1970, e que permanece em transformação. O bairro que era ontem já não é mais o mesmo que é hoje, mas os anos de luta e de desenvolvimento permitiram criar laços de amizade e de fraternidade entre seus moradores, fazendo dele um lugar de afeto.

Porém, assim como ocorrem em diversas periferias brasileiras, o bairro Dom João Batista também possui alguns problemas de cunho social. Nele, há um grave infortúnio ligado

ao tráfico de drogas, assim, ele acaba sendo exposto ao restante da população canela-verde como um bairro extremamente violento. Carril (2006) buscou em Wacquant (2001) formas de entender a relação que existe entre a violência e as periferias das cidades, não apontando o processo de surgimento da criminalização nesses espaços, mas o modo como eles são vistos pelo restante da sociedade. Assim, as favelas são conhecidas como “lugares estigmatizados, que atraem atenção da mídia, do poder público, da sociedade e da polícia” (WACQUANT, 2001 *apud* CARRIL, 2006, p.89), o que intensifica, muitas das vezes, a sensação de medo e o forte preconceito por parte da classe média.



Figura 10: Rua São José, principal rua de acesso ao bairro Dom João Batista, no período noturno com os comércios ambulantes de alimentação. Foto: autora. Jun/2018.

Ainda que sejam áreas que sofrem com o intenso preconceito social, que seja, desse modo, estigmatizadas, como os autores apresentaram, não devemos ignorar (nem mesmo eles ignoraram) o fato de que são, realmente, lugares com a presença marcante da delinquência. Em Dom João Batista isso também é real, como já havíamos mencionado. Os desvios em relação às normas sociais se reflete no aparecimento de alguns programas sociais de atendimento à população carcerária e seus familiares e, muitas das vezes, tais programas são criados e

fomentados por associações religiosas, o que explicaria a presença massiva de igrejas no bairro, como pôde ser visto no gráfico anterior. Apesar de templos religiosos não se caracterizarem por estabelecimentos comerciais, houve a opção de os inserir no gráfico para evidenciar sua quantidade expressiva e salientar o papel que elas possuem como forma de assistência social.

No entanto, a vida social do bairro, as relações entre os moradores com o lugar, ultrapassam esses problemas relativos às desvianças sociais. Outros elementos que acentuam ainda mais essas relações são o futebol e as festas. Como falar de Dom João Batista enquanto lugar sem mencionar o seu time de futebol amador? O time tem o nome de União da Vila, fazendo referência ao sentimento de união que existe entre eles, e “vila” é a forma como muitos moradores ainda chamam Dom João Batista, lembrando seu tempo de vila antes de se tornar bairro, como falamos anteriormente neste trabalho. A verdade é que este time consegue realmente **unir** os moradores para momentos de lazer e emoção. É composto por homens (de diferentes idades) que residem ou residiram no bairro, possui emblema, uniformes e alguns títulos de diversos campeonatos de várzea que ocorrem no Espírito Santo. Quando o time se encontra em alguma competição, os dias de jogos se tornam verdadeiros dias de festa. Famílias e amigos se reúnem para acompanhar a equipe, e não importa a distância, eles estarão lá, juntos.

E a união não se encerra no futebol, pois eles são bastantes festivos também. Cada final de semana há uma festa em algum ponto do bairro, seja nas casas, quintais ou, até mesmo na rua. Não é preciso motivo, basta terem vontade que a reunião se inicia. Atualmente, é muito comum a realização de bailes funk no meio da rua, ao ar livre. Tais festas são conhecidas como “mandela”, e para que aconteçam é necessário fechar parte da rua e ter um som com boa potência. Tem diminuído a frequência desse tipo de festa por solicitação de vários moradores que passaram a se incomodar. E isso acaba denotando ainda mais a relação de respeito que existe dentro do bairro. Apesar das “mandelas” terem diminuído, o bairro continuou festivo como sempre, alegre e descontraído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vila Velha passou por várias transformações ao longo das décadas, foi integrado e desmembrado de Vitória algumas vezes, contribuindo para o enfraquecimento político e econômico da cidade. Além disso, ela foi responsável por acolher um importante número de migrantes. A maior parte dessas famílias que chegavam era de baixa renda, e como a cidade não possuía uma infraestrutura capaz de atender essa nova população, o resultado não poderia ser diferente: graves problemas sociais e urbanos, principalmente no que se refere à habitação. Sem ter onde morar e sem condições de habitar áreas centrais, as famílias mais carentes iniciaram o processo de ocupação em áreas irregulares não propícias a moradias, como morros e manguezais, morando em casas extremamente pequenas, ou em muitos casos em barracos e palafitas.

Entretanto, deve-se dizer que as ocupações irregulares e o surgimento das periferias não foram ocasionados apenas pelo alto crescimento populacional oriundo do êxodo rural, embora esse fenômeno migratório tenha contribuído, e muito, nesse processo. Dom João Batista, por exemplo, surgiu de uma ocupação irregular, porém, não ocasionada pelo êxodo rural, e sim pela falta de moradias para sua população urbana.

O presente trabalho buscou apresentar a formação do bairro Dom João Batista, localizado em Vila Velha, identificando e apontando as transformações ocorridas nele desde seu surgimento até a atualidade. As ocupações na área de estudo começaram no início da década de 1980, com o apoio de movimentos sociais do município. Apesar de ser reconhecido por muitos como “invasão”, entende-se que este termo não se aplica à realidade histórica do bairro, uma vez que as ocupações ocorreram mediante autorizações dos antigos posseiros da área, e por fim pela autorização da justiça. Houveram, de fato, alguns conflitos contra os antigos posseiros, a polícia e entre os próprios moradores; mas tudo se solucionou com o tempo e as famílias puderam construir suas habitações. No aterro as casas eram de madeiras e muitas construídas sobre o rio Aribiri; as condições habitacionais e a qualidade de vida eram indesejáveis. Durante muitos anos Dom João Batista foi esquecido pelos poderes públicos municipais e estaduais.

Contudo, em 2001 iniciou-se a implantação do Programa Habitar Brasil/BID no bairro, transformando-o completamente. O programa, que foi criado na década de 1990, tem como objetivo principal melhorar a qualidade de vida de populações de baixa renda residentes em áreas periféricas nas regiões metropolitanas do Brasil. Dom João Batista foi uma dessas áreas

contempladas pelo programa e teve sua paisagem modificada por completo. Para as famílias residentes em palafitas sobre o rio, o programa construiu um conjunto habitacional no bairro vizinho, com infraestruturas básicas necessárias, como pavimentação, rede de água e esgoto, energia elétrica e unidade de educação infantil. Já para os moradores que permaneceram no bairro, principalmente os de baixa renda e que ainda viviam em barracos, foram construídas casas do mesmo modelo do conjunto habitacional. Entretanto, não foram apenas estes os investimentos do programa no bairro; Dom João Batista também recebeu obras de infraestrutura, pavimentação, padronização dos lotes, emissão de escrituras dos terrenos, melhorias na rede de esgoto, construção de uma unidade de educação infantil, etc.

Apesar do Programa Habitar Brasil/BID ter modificado intensamente o bairro, ele ainda necessitava de manutenções, assim como todos os cantos da cidade necessita. A população hoje sofre com as inundações derivadas da maré alta do rio, isso apenas apresenta que houve um deslize no planejamento acerca da margem do rio e das ruas próximas a ela. A população clama pela solução deste problema, muitas famílias perdem seus itens domésticos por conta da inundação por água fluvial. Ela pede também pela reconstrução do calçadão que havia na margem do rio, mas que já foi destruído pela erosão. Vale ressaltar que o ideal seria o reflorestamento da mata ciliar na borda do rio para conter o assoreamento do mesmo e assim poder evitar as enchentes tão indesejáveis no bairro.

Dom João Batista é um bairro que teve sua origem turbulenta, que sofre com a escassez de investimentos dos poderes públicos, mas que nunca perde sua essência de lugar. Concluímos, assim, este trabalho com o reconhecimento de bairro de Dom João Batista, e não por conta de uma lei decretada, mas devido ao relacionamento interpessoal entre os indivíduos que nele vivem. Ao longo dos anos o bairro foi se modificando, não apenas fisicamente através do Programa Habitar Brasil/BID, mas também por meio de seus próprios moradores. Muitas famílias saíram dali e muitas outras chegaram. Mas a sua essência simples, familiar e solidária permanece em sua identidade, são essas as características que fazem de Dom João Batista um lugar de vivências solidárias, de amizades, de afetos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3. ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, 236p.

BARROS, Ana Maria Leite de. **A cidade sob o olhar da periferia**: aspectos do cotidiano dos moradores do Morro dos Alagoanos. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFES. Vitória, 2010.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Habitar Brasil/BID: Manual do Programa Habitar Brasil BID**. Secretaria Nacional de Habitação. 2004. Disponível em: < <http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Manuais/ManualHBBUAS.pdf>>. Acesso em: junho de 2015.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo, favela e periferia**: a longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2006.

CESAN – Companhia Espírito Santense de Saneamento. Abrangência. Disponível em: <<http://www.cesan.com.br/empresa/abrangencia/>>. Acesso em: agosto de 2015.

DORNELAS, Pe. Nelito Nonato. **A identidade das CEB's**. In: Vida Pastoral. São Paulo: Vida Pastoral, 2006, p.5.

FIM, Minieli. **Atividade portuária e processos territoriais**: uma abordagem urbanística. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação Arquitetura e Urbanismo, UFES. Vitória, 2015.

FREGUGLIA, Junia; TRAZZI, Patrícia. **Pesquisa e prática pedagógica no ensino**. Universidade Federal do Espírito Santo – Departamento de Física. Vitória, 2011.

FREIRE, Mally Teixeira. **“Ocupar, resistir, construir e morar”**: Manguezal berçário de memórias. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, UFES. Vitória, 2010.

GIESBRECHT, Ralph Menucci. **Estação Vitória**. In: Estações Ferroviárias do Brasil. Set/2015. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_rj_litoral/vitoria.htm>. Acesso em: Maio de 2017.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. 10ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IBGE. Censo de 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st>>. Acesso em: Julho de 2015.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Projeto Especial Cidades de Porte Médio - Subprojeto AUV componente B.31: Elaboração de estudos da bacia do rio Aribiri. Volume VI: Uso do Solo - Estudos Preliminares**. Abril/1983. Disponível em: <http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120807_ij00244_projetocpm_v6_usodosolo_e_studospreliminares.pdf>. Acesso em: outubro de 2015.

LAGO, Luciana Corrêa do. **A periferia metropolitana como lugar do trabalho:** da cidade-dormitório à cidade plena. Cadernos IPPUR, p. 9, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** 5. ed. São Paulo: Centauro, 2008. 144 p.

LIRA, Eder. **Transformações de um espaço:** O caso do bairro Morada da Barra, Vila Velha (ES) – Brasil. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFES. Vitória, 2015.

MADALENA, Cassiano Pessanha. **Políticas habitacionais brasileiras e os programas de urbanização de favelas:** avaliação do programa de implantação do conjunto Ewerton Montenegro Guimarães em Vila Velha, ES. 2010. Dissertação (Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade.** - São Paulo: Atual, 1997.

MASSEY, Doreen. **Um sentido global do lugar.** In: ARANTES, Antonio A. (org.). O espaço da diferença. Campinas, SP: Papirus, 2000.

MENDONÇA, Marcos Cândido. **A modernização do atraso:** os fundamentos da urbanização de Vitória-1889-1930. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFES. Vitória, 2014.

NEVES, Luis Guilherme Santos. **O programa de cooperativas habitacionais no Espírito Santo.** In INOCOOP-ES. A casa edificada. Vitória: Inocoop-ES, 1998. 302p.

OJIMA, Ricardo et al. **O estigma de morar longe da cidade:** repensando o consenso sobre as “cidades-dormitório”. Cadernos Metrópole, v. 12, n. 24, 2010.

PETRI, D. **Estrutura da floresta de mangue do estuário do Rio Benevente, Anchieta, ES.** 2009. 40f. Monografia (Licenciado em Biologia, modalidade Ciências Ambientais) – Centro de Biociência e Biotecnologia da Universidade Estadual do Norte Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

RIBEIRO, Rosimery Aliprandi. **Formação sócio-espacial da antiga vila operária de Chico City, Região Metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo.** Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Geografia, UFES. Vitória, 2011.

SARTÓRIO, Fernando Domingo Vieira. **Uma geopolítica do urbano:** Grande Terra Vermelha, Região Metropolitana da Grande Vitória-ES. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Geografia, UFES. Vitória, 2012.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e fragmentação:** Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. Tese de Livre Docência, USP. São Paulo, 2003.

SEMPLA. **Perfil socioeconômico por bairros** - Indicadores selecionados. Revisão nº2. Vila Velha, Outubro/2013.

SILVA, Douglas Bonella da. **Geohistória do Bairro Jesus de Nazareth**. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Geografia, UFES. Vitória, 2013, p. 15.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **A cidade e o porto como fator de desenvolvimento**. In: VILLASCHI, Arlindo (Org.). Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento. Vitória, ES: Flor & Cultura, 2011, p. 253-272.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

VESCOVI, Alessandro. **À Luz dos vitrais, a história da Arquidiocese de Vitória, Espírito Santo, no período entre 1979 e 1984, a partir da trajetória política de Dom João Batista da Mota e Albuquerque**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, UFES. Vitória, 2007.

VIANNA, Cássio Becacici Esteves. **Conflitos de usos na Baía de Vitória: diagnóstico da gestão ambiental portuária e costeira**. Monografia de Graduação em Oceanografia – Departamento de Oceanografia e Ecologia, UFES. Vitória, 2009.

VILA VELHA, Lei N° 4.575 de 11 de dezembro de 2007. **Institui o Plano Diretor Municipal (PDM) e dá outras providências. Vila Velha, 2007**. Disponível em: <http://www.hostdaloja.com.br/s/hfacil122/img/22012_06_28_09_18_06_pdm_vila_velha.pdf> - Em Revisão.

_____, Lei N° 2.817 de 04 de janeiro de 1993. **Denomina bairro deste município, Dom João Batista. Vila Velha, 1993**. Disponível em: <<http://www.legislacaoonline.com.br/vilavelha/images/leis/html/L28171993.html>>. Acesso em: setembro 2016.

_____, Lei N° 4.712 de 15 de outubro de 2008. **Autoriza o poder executivo a transferir as unidades habitacionais. Vila Velha, 2008**. Disponível em: <<https://leis.municipais.com.br/a/es/v/vila-velha/lei-ordinaria/2008/472/4712/lei-ordinaria-n-4712-2008-autoriza-o-poder-executivo-a-transferir-as-unidades-habitacionais-em-funcao-da-implantacao-do-programa-habitar-brasil-bid-vila-velha-do-bairro-dom-joao-batista-neste-municipio-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: setembro 2016.

VILLASCHI, Arlindo (Org.). **Elementos da economia capixaba e trajetórias de seu desenvolvimento**. Vitória, ES: Flor & Cultura, 2011.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz. **Desenvolvimento metropolitano e solidariedades territoriais: Mutações das estruturas urbanas no entorno da Baía de Vitória** – Dossiê de análise. Ateliê Internacional de Urbanismo, 2009. Disponível em: <www.ateliers.org>. Acesso em: julho de 2016.

_____. **A migração para o litoral: o caso dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST)**. GEOGRAFARES, Vitória, v. 1, n° 1, jun. 2000.